



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**O IMPACTO DA ECONOMIA ESCOLAR NO DESEMPENHO DAS
ATIVIDADES CURRICULARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL
PROPOSTAS PELO CENTRO EDUCACIONAL CRIARTE, JUNTO
AOS PROFESSORES E ALUNOS, NA CIDADE DE CAMPOS DE
GOYTACAZES, BRASIL**

ELZA AMARAL DE CARVALHO CARDOSO

ASUNCIÓN-PARAGUAY

2018

ELZA AMARAL DE CARVALHO CARDOSO

**O INVESTIMENTO DA ECONOMIA ESCOLAR NO
DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES
PROPOSTAS PELO CENTRO EDUCACIONAL CRIARTE, JUNTO
AOS PROFESSORES E ALUNOS, NA CIDADE DE CAMPOS DE
GOYTACAZES, BRASIL**

Tese de Doctorado presentada y defendida en la
Universidad Autónoma de Asunción-UAA, a la
Facultad de Ciencias Políticas, Jurídicas y de la
Comunicación, como requisito parcial a la obtención
del título de Doctora en ciencias de la educación.
Orientador:

Prof. Dr. Diosnel Centurion

ASUNCIÓN-PARAGUAY

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Cardoso, E. A. C. (2018). **O Investimento da Economia Escolar no Desenvolvimento das Atividades Curriculares Propostas pelo Centro Educacional CRIARTE, junto aos Professores e Pais de Alunos, na Cidade de Campos de Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.** Elza Amaral de Carvalho Cardoso. (p. 105 textuais)

Orientador: Dr. Diosnel Centurion, Ph.D.

Tese de Doutorado em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción- UAA. Asunción, Paraguay. 2018.

Áreas: Economia, Impacto, Educação infantil, Atividades curriculares, Brinquedoteca.

Código de Biblioteca:

Elza Amaral de Carvalho Cardoso

**O INVESTIMENTO DA ECONOMIA ESCOLAR NO
DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES
PROPOSTAS PELO CENTRO EDUCACIONAL CRIARTE, JUNTO
AOS PROFESSORES E ALUNOS, NA CIDADE DE CAMPOS DE
GOYTACAZES, BRASIL**

ORIENTADOR: PROF. DR. DIOSNEL CENTURION, Ph.D.

Esta tesis fue evaluada y aprobada en fecha __/__/__ para la obtención del título de
Doctorado en Ciencias de la Educación por la Universidad Autónoma de Asunción - UAA

ASUNCIÓN – PARAGUAY

2018

DEDICATÓRIA

A MEUS PAIS, a minha mãe, grande e melhor amiga Emilia Amaral de Carvalho que me apoiaram nesta jornada, e João Getulio Pessanha Cardoso (in memorian). A meu esposo e filha que preenchem cada lacuna do meu ser. A meus avós, que sempre me deram todo suporte necessário, durante toda a minha vida, minha imensa gratidão. A todos os meus Professores Mestres e Doutores da UAA, ao Centro Educacional CRIARTE que durante toda a pesquisa se comprometeu e caminhou ao meu lado, pois sem os mesmos não seria possível sua realização.

AGRADECIMENTOS

A Deus por simplesmente ser tudo e ter me suportado até agora, pois sem sua força e soberania nada do que sou hoje seria possível.

Agradeço a minha mãe e melhor amiga Emilia Amaral de Carvalho, por caminhar ao meu lado durante toda a execução deste trabalho e por ser um ser humano excepcional que é.

Ao meu marido e filha que compreenderam minha ausência durante períodos prolongados devido às aulas e por todo seu suporte, obrigada meus amores.

Aos amigos e companheiros de curso de Doutorado da UAA, pois foram grandes e maravilhosos os momentos que passamos juntos durante o curso, trocando conhecimentos e experiências profissionais, as quais enriqueceram minha visão de pesquisador e multiplicador de conhecimentos.

Aprendizagem é a mudança consciente de atitude e de comportamento. Só o humano é capaz de se educar e aprender.

Edgar Morin (2006)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE QUADROS.....	xiii
LISTA DE FIGURAS.....	xiv
RESUMEN.....	xv
RESUMO.....	xvi
INTRODUÇÃO.....	1
1 VISÃO GERAL SOBRE ECONOMIA.....	6
1.1 Agentes Econômicos.....	7
1.2 O capital humano.....	7
1.3 Educação e crescimento económico.....	10
1.4 Aspectos econômicos voltados a Educação Infantil.....	12
2 A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	14
2.1 O valor da criança no contexto histórico.....	15
2.2 A creche, origens e caráter assistencialista.....	18
2.3 Programas de Impacto na Educação Infantil.....	21
3. INVESTIMENTO ECONOMICO NA EDUCAÇÃO.....	34
3.1 A economia inovando o contexto educacional.....	38
4 ADMINISTRACAO E GESTAO ESCOLAR.....	43
4.1 Administração escolar: um olhar histórico.....	43
4.2 Gestão escolar para uma escola inclusiva.....	45
4.2.1 Inclusão: conceito.....	46
4.2.2 Os aspectos legais no processo de inclusão.....	47
4.2.3 O papel do gestor como articulador de mudanças: em busca de uma escola inclusiva.....	48
5. NOVOS RECURSOS PARA A PRATICA DOCENTE COM O INVESTIMENTO DA ECONOMIA.....	51
6 MARCO METODOLÓGICO.....	55
6.1 O Problema y objetivos de la investigación.....	56
6.2 Local da Investigação.....	57
6.3 Design, tipo e enfoque da pesquisa.....	58
6.4 População e amostra.....	64
6.5 Técnicas de coletas de dados.....	58
6.6 Técnicas de análise de dados.....	68

7.	ANALISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS.....	68
7.1	Analises dos resultados do questionário aplicado aos professores.....	77
7.2	Analises dos resultados do questionário aplicado aos pais dos alunos.....	80
	Analises dos resultados da entrevista estruturada aplicada aos professores.....	
	CONCLUSÕES.....	89
	RECOMENDAÇÕES.....	92
	BIBLIOGRAFIA.....	94
	APÊNDICES.....	106
	ANEXOS.....	115

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1	Programas de apoio a Educação Infantil.....	22
Tabela 2	Ações do Programa 2030 – Educação Básica.....	23
Tabela 3	Nível de formação dos professores.....	59
Tabela 4	Relação de alunos por períodos na Educação Infantil da creche	
Tabela 5	CRIARTE.....	60
Tabela 6	População e amostra da pesquisa.....	63
Tabela 7	Você acha que a economia da escola influencia no desempenho das atividades curriculares da escola?.....	68
Tabela 8	A economia escolar esta sendo disponibilizada para recursos para os professores melhor desenvolverem suas atividades pedagógicas com as crianças?.....	69
Tabela 9	A economia da escola é suficiente para que dar suporte a administração da escolar comprar recursos pedagógicos para uso dos professores em sala de aula?.....	69
Tabela 10	A economia da escola está contemplando favoravelmente para as necessidades pedagógica que os professores apresentam a coordenação da escola?.....	70
Tabela 11	Os professores são contemplados pela economia da escola?.....	71
Tabela 12	A economia escolar pode influencia no desempenho das atividades que os professore propõe em seus planejamentos?.....	71
Tabela 13	A economia escolar pode influenciar no ensino-aprendizado dos das crianças?.....	72
Tabela 14	Os recursos didáticos usados pelos professores são comprados com a economia que a escola arrecada?.....	72
Tabela 15	Os recursos didáticos usados pelos professores são comprados com a economia que a escola arrecada?.....	73
Tabela 16	A economia escolar é suficiente para manter a brinquedoteca da escola?.....	74
Tabela 17	O senhor (a) participa das reuniões de pais e mestres da escola?.....	75
Tabela 18	O senhor (a) tem conhecimento do devido uso da economia da escola para aplicação no desempenho do ensino-aprendizado das crianças?.....	75
Tabela 19	O senhor (a) participa da elaboração do planejamento pedagógico da escola?.....	76
Tabela 20	O senhor (a) tem conhecimento das atividades desenvolvidas para o aprendizado de seus filhos na escola?.....	77
Tabela 21	Tem acompanhado o desempenho do aprendizado de seu filho (a) na escola?.....	77
Tabela 22	No seu ver, a escola usa bem a economia para melhorar as atividades pedagógicas dos alunos?.....	78
Tabela 23	A escola tem oferecido feiras-culturais por sua conta a seus filhos?.....	79

Tabela 24	A escola tem promovido passeios culturais para as crianças como atividades pedagógica?.....	79
	Os valores cobrados nas mensalidades pela escola são suficiente para manter todas as atividades pedagógicas?.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Educação Básica - Objetivo 0597.....	24
Quadro 2	Recursos da instituição escolar e sua corresponde gestão.....	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Análise de viabilidade do investimento em capital humano.....	9
Figura 2	Mapa com a localização da Cidade Campos de Goytacazes no Rio de Janeiro.....	49
Figura 3	Visão aérea da Cidade de Goytacazes, Rio de Janeiro.....	50
Figura 4	Sala de aula da Creche CRIARTE.....	51

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo analizar la inversión de la economía escolar en el desarrollo de las actividades curriculares propuestas por la escuela y los profesores y padres de alumnos del Centro Educacional CRIARTE, en la ciudad de Campos de Goytacazes, Brasil. Ante la situación económica actual de Brasil, el tema ha sido relevante en los estudios de los sectores públicos y privados. En cuanto a la educación, la inversión financiera ha incidido directamente en la calidad de enseñanza-aprendizaje en todos los niveles. Citamos alguns teóricos que fundamentam este enfoque: Abrahão, (2011); Araújo, (2010); Benjamin, (2002); Campos, (1993); Carvalho, Ferreira, & Pereira (2014); Hernandez Sampieri y Collado, Lucio (2006); Monteiro & Silva (2015); Mendonça (2013); Neves (2016); Nunes (2009); Queiroz (2001); Rocha (2002); Santaella (2010); Silva (2010); Vygotsky (1998); Zabalza (2000). El estudio fue de tipo descriptivo, diseño no-experimental y enfoque cualitativo. Los instrumentos fueron el cuestionario cerrado y la encuesta estructurada aplicada en un grupo de discusión. La investigación tiene una gran relevancia a los estudios científicos, pues trata del uso de la economía en relación a la enseñanza-aprendizaje y la propuesta hecha por el Centro Educacional CRIARTE sobre las actividades curriculares. Los resultados mostraron que la inversión económica favorece el desarrollo de la educación de niños, la enseñanza aprendizaje, la capacitación de los profesores y además de que favorece que la escuela pueda lograr los recursos necesarios para que los profesores puedan desarrollar bien sus trabajos juntos a los niños.

Palabras-clave: Economía; Educación infantil; Actividades curriculares, Enseñanza aprendizaje.

RESUMO

Esta pesquisa buscou em sua essência analisar o investimento da economia escolar no desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e pais dos alunos do Centro Educacional CRIARTE, na cidade de Campos de Goytacazes, Brasil. Diante das circunstâncias econômica do Brasil atual. A economia tem sido um tema relevante de estudos em vários setores públicos e privado. Na educação a economia tem influenciado diretamente na qualidade de ensino-aprendizado em todos os níveis da Educação. Alguns teóricos em que a pesquisa foi fundamentada: Abrahão, (2011); Araújo, (2010); Benjamin, (2002); Campos, (1993); Carvalho; Ferreira, & Pereira, (2014); Hernandez Sampieri.; Collado.; Lucio, (2006); Monteiro, & Silva, (2015); Mendonça, (2013); Neves, (2016); Nunes, (2009); Queiroz, (2001); Rocha, (2002); Santaella, (2010); Silva, (2010); Vygotsky, (1998); Zabalza, (2000). O estudo foi do tipo descritivo, desenho não experimental, um enfoque qualitativo. Os instrumentos usados na pesquisa foram; o questionário fechado e a entrevista estruturada que foi aplicada em um grupo de discussão. A pesquisa tem uma grande relevância aos estudos científico, pois demonstrar através de sua realização outros olhares sobre a economia influenciando no ensino-aprendizado dos alunos do educação infantil, desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e pais dos alunos do Centro Educacional CRIARTE, motivando outros pesquisadores a realizarem pesquisas com essa temática em relação a economia e educação. Os resultados mostraram que o investimento econômico favorece o desenvolvimento da educação infantil, o ensino-aprendizado, a capacitação dos professores e além de que favorece que a escola possa conseguir os recursos necessários para que s professores possam desenvolver bem seus trabalhos junto às crianças.

Palavras-chaves: Economia; Educação infantil; Atividades curriculares, ensino aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Atualmente a educação é tida como um requisito fundamental para o desenvolvimento econômico e para o progresso material dos indivíduos. Argumenta-se que os países devem investir maciçamente em seus sistemas de ensino, pois assim elevam sua produtividade, sua produção e sua competitividade e melhoram a distribuição da renda. As pessoas são chamadas dedicar mais tempo e recursos às atividades e tarefas de formação.

Essa pesquisa analisa o impacto da economia escolar no desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e alunos do Centro Educacional CRIARTE, na cidade de Campos de Goytacazes, Brasil, dando assim novos nortes nos estudos relacionados à educação de nosso país.

A valorização das escolas da educação básica (infantil) é imprescindível para o desenvolvimento intelectual da sociedade, o que nos remete a questões mais fundamentais. A base da educação se dar nos primeiros anos de vida da criança.

A educação infantil vem se configurando como palco de intensos debates no campo educacional. Desde a Constituição Federal de 1988, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, o atendimento de crianças de 0 a 6 anos em espaços coletivos passou a ser considerada questão de Educação.

Para Bergo (2011) economia é a ciência que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora escassos, se prestam a usos alternativos.

A *problematização da pesquisa* se deu diante do seguinte contexto: diante as circunstancias econômica que passa o Brasil atualmente e relacionando as dificuldades econômicas em relação à Educação Básica. A economia tem sido um tema preocupante diante da crise que tem passado o país e afetados todos estados brasileiros e municípios. Infelizmente a educação nunca foi uma área privilegiada pelos governantes dos pais. Na educação a economia tem influenciado diretamente na qualidade e desenvolvimento do ensino-aprendizado das crianças. Então diante esta visão surgiu a problematização da pesquisa: *Como se dar o impacto da economia escolar no desempenho das atividades*

curriculares propostas pela escola junto os professores e alunos do Centro Educacional CRIARTE, na cidade de Campos de Goytacazes, Brasil?

Diante da formulação da problematização da pesquisa surgiram alguns *Interrogantes ou Perguntas Específicas da pesquisa* são: 1) Como se dar o impacto da economia escolar favorecendo o desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e alunos? (2) Quais os principais benefícios que a economia escolar favorece ao desempenho das atividades curriculares junto aos professores? 3) Quais os meios que favoreçam o melhor desempenho das atividades curriculares dos professores contribuindo ao aprendizado dos alunos? 4) Quais as sugestões de uso da economia para ampliar o desenvolvimento das potencialidades dos professores na elaboração de suas atividades curriculares?

O *Objetivo Geral da pesquisa* é: Analisar o impacto da economia escolar no desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e pais dos alunos do Centro Educacional CRIARTE, na cidade de Campos de Goytacazes, Brasil.

Os *Objetivos Específicos da pesquisa* são: 1) Demonstrar o impacto da economia escolar favorecendo o desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e alunos; 2) Identificar os principais benefícios que a economia escolar favorece ao desempenho das atividades curriculares junto aos professores; 3) Indicar meios que favoreçam o melhor desempenho das atividades curriculares dos professores contribuindo ao aprendizado dos alunos; 4) Enumerar sugestões de uso da economia para ampliar o desenvolvimento das potencialidades dos professores na elaboração de suas atividades curriculares.

Esta pesquisa tem como base teórica alguns estudos e teóricos os quais citamos aqui:

a) Monteiro, J. S. & Silva, D. P. (2015). Que tem como título de seu trabalho: A influência da estrutura escolar no processo de ensino-aprendizagem: uma análise baseada nas experiências do estágio supervisionado em Geografia. Tem como objetivo de seu trabalho: analisar o processo de ensino-aprendizagem relacionado à economia que favorece ao espaço e a condições de infraestrutura são considerados pelos próprios professores das escolas como um aspecto dotado de importância fundamental para o desenvolvimento. Resultados: segundo a pesquisa afirma que a existência e, o consequente

acesso a condições de infraestrutura são considerados pelos próprios professores das escolas como um aspecto dotado de importância fundamental para o desenvolvimento de seu trabalho;

b) Araujo, A.; (2010), que tem como título do artigo: *Aprendizagem Infantil: Uma abordagem Neurociência, economia, e psicologia cognitiva*. O objetivo de sua pesquisa é: demonstrar o desenvolvimento de pesquisas através da formulação de experimentos e levantamento sistemático de dados que explorem o relacionamento da dimensão neurobiológica e psicológica com a educação. Determinar os custos e os benefícios de diferentes intervenções voltadas para o desenvolvimento infantil. Os resultados da pesquisa: devido ao descaso com a educação, agravado pelo seu passado escravocrata, o Brasil, e para corrigir as desigualdades educacionais e permitir um maior desenvolvimento econômico através da incorporação de um número maior de adolescentes em faixas mais elevadas de educação, é preciso fazer intervenções na fase mais precoce da criança. Isto porque boa parte da formação de capital humano dá-se no seio intrafamiliar, nos primeiros anos de vida, onde os pais mais educados, através de leituras e estímulo, conseguem preparar melhor a criança para quando ela ingressar na escola. Historicamente possui altos níveis de desigualdade de renda, o que inclusive prejudica seu desenvolvimento econômico. 3) Carvalho; Ferreira & Pereira (2014), com o trabalho: *A desmotivação dos alunos de escola pública do ensino fundamental 1: quais os fatores envolvidos?* Que tem como objetivo da pesquisa: investigar os possíveis fatores, como o aspecto físico da escola, que influenciam na desmotivação do ensino-aprendizado do aluno. Os resultados são: de modo geral percebe-se que apesar da motivação estar relacionada a inúmeros aspectos, o que parece como principal fator da não motivação dos alunos são as condições físicas oferecidas pela escola.

c) Andrade, H. G. C.; & Pinto, M. P. (2014). Seu trabalho com o título *“O que é meu é seu ?!” - Seria o Consumo Colaborativo uma Inovação Social?*. Pode-se observar na pesquisa de Andrade & Pinto que no contexto, é possível perceber uma expansão do conceito de inovação para campos como o da economia social. Assim, emergiu o conceito de inovação social como o resultado de um conhecimento aplicado a necessidades sociais por meio da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral. O

objetivo apresentado na pesquisa citada é teve o objetivo de tecer comentários acerca do conceito, tendências, desafios e outras questões relacionadas ao tema inovação sociais.

A pesquisa tem como grande relevância para o campo científico, pois trata de uma pesquisa que relaciona dados entre a economia e a educação, aspectos que influencia a escolar diretamente em todos os processos que envolvem o ensino-aprendizado de qualidade e, a o desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e alunos.

Metodologicamente, o estudo será realizado no Centro Educacional CRIARTE, em Campos dos Goytacazes, RJ. Uma escola de Educação infantil inclusiva. A pesquisa será baseada no modelo não experimental por não manipular variáveis, tipo *descritivo*, para apresentar as propriedades, características e razões do fenômeno em estudo. O enfoque será misto, quantitativo e qualitativo. Os dados quantitativos serão apresentados em formato de gráficos onde se identificam as porcentagens mais altas e significativas. Os dados qualitativos são opiniões e percepções pessoais sobre os itens perguntados, relacionados sempre aos objetivos da pesquisa.

A população esteve composta por 14 professores, dos quais foram selecionadas aleatoriamente 8 professores, significando 58% do total. Quanto aos pais, a população foi 178, dos quais foram selecionados aleatoriamente 68% do total, resultando em 122 pais. Foi utilizada uma fórmula para o cálculo. Desses 122, 107 participaram porque são os que acompanham a creche (jardín de infantes em espanhol).

Os instrumentos utilizados foram o questionário fechado para os professores contando de 10 (dez) perguntas abertas onde visa analisar o impacto da economia escolar no desempenho das atividades curriculares propostas pela escola; um questionário fechado para os pais de alunos constando de 9 (nove) perguntas fechadas. O segundo tipo de instrumento foi uma entrevista estruturada aplica para os professores; a mesma constando de perguntas abertas.

Quanto aos resultados, com a aplicação do questionário espera-se identificar os principais benefícios do investimento financeiro na escola, pois conseguir um bom desempenho tem custos, especialmente considerando a situação e realidade de alunos especiais na escola de educação infantil. Além disso, a maior investimento os professores

teriam os elementos necessários para melhorar seu trabalho, e assim cumprir com maior amplitude as atividades curriculares.

A entrevista será aplicada esperando obter informação sobre os meios que favoreçam o melhor desempenho das atividades curriculares dos professores contribuindo ao aprendizado dos alunos; e enumerar sugestões de uso da economia para ampliar o desenvolvimento das potencialidades dos professores na elaboração de suas atividades curriculares.

O estudo está organizado em capítulos. No capítulo 1 trata da Visão Geral Sobre Economia. Ele consta dos Agentes Econômicos; O capital humano; Educação e crescimento econômico; Aspectos econômicos voltados a Educação Infantil.

O segundo capítulo apresenta A Educação Infantil, composta dos seguintes pontos: O valor da criança no contexto histórico; A creche, origens e caráter assistencialista; Programas de Impacto na Educação Infantil.

O capítulo 3 aborda o Investimento Econômico Na Educação. O mesmo tem esses sub-tópicos: A economia inovando o contexto educacional.

O capítulo 4 trata dos Novos Recursos Para A Prática Docente Com O Investimento Da Economia.

No quinto capítulo se aborda o Marco Metodológico. Ele está composto do Local da Investigação; Tipo de Investigação; População e Amostra; Instrumentos e Coleta de Dados; Procedimentos para Coletas de Dados.

El capítulo 6 apresenta os Resultados, que consta das Análises dos resultados do questionário aplicado aos professores; análises dos resultados do questionário aplicado aos pais dos alunos; análises dos resultados da entrevista estruturada aplicada aos professores;

No capítulo 7 se discutem as Conclusões. Finalmente, as Recomendações.

1 VISÃO GERAL SOBRE ECONOMIA

A Economia está nos mais diversos lugares e espaços, sendo uma ciência multicultural e que sempre envolve, como já dissemos, muitos juízos de valor. Para saber um pouco mais a respeito dessa área de conhecimento, convidamos você a nos acompanhar e elaborar conosco os conhecimentos necessários à formação do administrador.

Para Mendes (2007) etimologicamente, a palavra “economia” vem dos termos gregos *oikos* (casa) e *nomos* (norma, lei), e pode ser compreendida como “administração da casa. Em síntese, pode-se dizer que a Economia estuda a maneira como se administram os recursos escassos com o objetivo de produzir bens e serviços, e como distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade.

Segundo Mankiw (2005) cada família precisa alocar seus recursos escassos a seus diversos membros, levando em consideração s habilidades, esforços e desejos de cada um.

Veja que os recursos produtivos, também denominados fatores de produção, são os elementos utilizados no processo de fabricação dos mais variados tipos de bens (mercadorias) e utilizados para satisfazer as necessidades humanas. O que é uma necessidade humana? Entende-se por esta a sensação de que falta alguma coisa unida ao desejo de satisfazê-la. Acreditamos que todas as pessoas sentem necessidade de adquirir alguma coisa, sentem desejo tanto por alimentos, água e ar, quanto por bens de consumo como televisão, computador, etc.

Segundo Mankiw (2005), não há nada de misterioso sobre o que é uma economia. Em qualquer parte do mundo, uma economia é um grupo de pessoas que estão interagindo umas com as outras e, dessa forma, vão levando a vida. Diante disso, podemos imaginar que a primeira coisa que precisamos entender quando se quer compreender uma economia é saber como são tomadas as decisões dessas pessoas.

Como se pode observar para que a economia tenha resultados a contento que realize das necessidades das pessoas, as pessoas necessitam de gestão, de administração para que seja bem usada, seja lucrativa e atenta as necessidades de todos, acima de tudo seja bem aplicada na educação da sociedade.

Para Mendes (2007) em economias centralizadas, são os planejadores que estabelecem o quanto vai ser produzido e o que vai ser consumido. Dessa forma, apenas o governo, através do órgão de planejamento, pode organizar a atividade econômica de maneira a oferecer e atender a todas as demandas eventualmente estabelecidas pela população.

As dificuldades em se avaliarem os impactos de investimentos em educação advém do fato de que estes não apenas influenciam as condições de vida aqueles que se educam (efeitos privados da educação) mas, também, geram uma série de externalidades sobre o bem-estar daqueles que os rodeiam. Do ponto de vista privado, a educação tende a elevar os salários via aumentos de produtividade, a aumentar a expectativa de vida com a eficiência com que os recursos familiares existentes são utilizados, e a reduzir o tamanho da família, com o declínio no número de filhos e aumento na qualidade de vida destes reduzindo, portanto, o grau de pobreza futuro.

1.1 Agentes Econômicos

Citamos aqui alguns tipos de agentes econômicos que contribuem para o fomento da educação. Agentes econômicos são pessoas de natureza física ou jurídica que, através de suas ações, contribuem para o funcionamento do sistema econômico, tanto capitalista quanto socialista. O agente econômico que influencia diretamente na educação é:

- *Governo (nas três esferas)*: inclui todas as organizações que, direta ou indiretamente, estão sob o controle do Estado, nas suas esferas federais, estaduais ou municipais. Vez por outra, o governo atua no sistema econômico, produzindo bens e serviços, através, por exemplo, da Petrobrás, das Empresas de Correios, das Universidades etc.

1.2 O capital humano

No centro dessas reflexões está o contributo de Schultz (1961), Mincer (1962) e Becker (1964), que encararam o ato educativo como um bem de investimento ao considerarem que toda a mobilização de recursos escassos dirigida para aumentar a capacidade produtiva de um indivíduo correspondia a uma forma de capital: o capital

humano. De acordo com a teoria (Cabrito, 2002a), o maior nível de qualificação acadêmica será acompanhado de uma maior capacidade para produzir de uma forma mais rápida, segura e eficiente. Neste sentido, tendo em atenção às repercussões que a educação teria na produtividade do trabalho, investir em educação seria, do lado da oferta, bastante vantajoso.

Nesta visão, tendo em atenção às repercussões que a educação teria na produtividade do trabalho, investir em educação seria, do lado da oferta, bastante vantajoso. Por outro lado, a associação positiva que se estabeleceu entre o nível de qualificações acadêmicas, a qualidade do emprego e o salário (Becker, 1964), bem como a constatação de que os processos de construção de carreiras profissionais se basearam nas qualificações acadêmicas disponibilizadas pelas instituições educativas (Hare 1997), justificam o investimento individual em educação. Assim, quer do lado da oferta, quer do lado da procura, o investimento em educação assegura uma elevada taxa de retorno, o qual explica o desenvolvimento explosivo da procura de educação.

Adam Smith (1776) ao afirmar que a destreza melhorada os trabalhadores pode ser considerada da mesma maneira que uma máquina que facilita o trabalho e que apesar de envolver um certo gasto, compensa-o com um benefício. (...) A acumulação destes talentos custa sempre uma despesa real produzida por aquele que os adquire, durante o período da sua aprendizagem ou dos seus estudos e esta despesa é um capital fixo e realizado por assim dizer na sua pessoa.

Também Alfred Marshall, considerou que “o mais valioso capital é aquele que é investido nos seres humanos” (Wöbmam, 2000).

Recentemente, a OCDE (1998) definiu capital humano como “o conhecimento, as aptidões, as competências e outros atributos incorporados nos indivíduos que são relevantes para a atividade econômica.

Analisando a operacionalização quantitativa do conceito pelos economistas neoclássicos foi formulada à volta da abordagem pela “taxa de retorno” ou “custo-benefício”.

Dita taxa de retorno é a taxa de desconto que iguala um fluxo de benefícios a um fluxo de custos num dado momento temporal. Teoricamente, admite-se que as pessoas

tendem a investir em educação até onde os seus retornos, em termos de rendimento extra, são iguais aos custos suportados por uma educação superior, incluindo os rendimentos perdidos por não entrar no mercado de trabalho durante a aquisição da educação. Se os retornos são altos, constituem um sinal para se investir mais nessa forma de capital; se os retornos são baixos, não se deve investir.

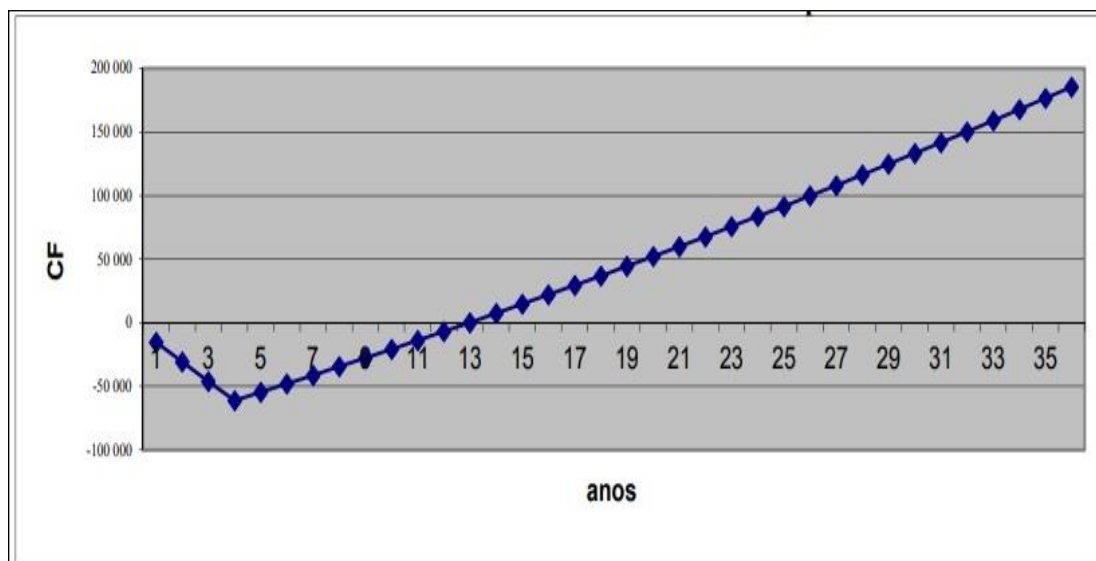


Figura 1: Análise de viabilidade do investimento em capital humano.

Fonte: <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/8389/1/Economia%20e%20Educa>.

A análise pela “taxa de retorno” tem por fundamento a educação como uma forma de investimento em capital humano, que produz benefícios através de aumentos de produtividade. Logo, podem distinguir-se dois tipos de retorno: privado e social. Quando os benefícios e os custos se referem ao indivíduo que suporta o investimento, estamos perante a taxa de retorno privada; quando é possível quantificar os custos e benefícios sociais, obtém-se a taxa de retorno social.

Na estimação da taxa de retorno social consideram-se, do lado dos custos e para além dos salários indiretos, os custos diretos com a educação; do lado dos benefícios, os salários antes dos impostos.

1.3 Educação e crescimento econômico

Considerando a relação entre educação e crescimento econômico tem sido alvo da análise de inúmeros economistas, sendo mormente de assinalar os trabalhos de Schultz (1961) e Denison (1967). Este último usou o conceito função de produção para identificar a contribuição dos diferentes fatores de produção no crescimento econômico, numa análise longitudinal à economia dos Estados Unidos. Trabalhos preliminares haviam demonstrado que acréscimos nas quantidades de trabalho e capital não eram conclusivos em relação ao aumento da produção, pelo que havia um pequeno fator residual (grande tendo em atenção à economia em análise) que continuava por explicar. Investigando o mesmo, Denison concluiu que cerca de 23% da produção entre 1930 e 1960 não poderia ser explicada senão a partir do aumento de produtividade do fator trabalho, a qual era função do número de anos de escolaridade dos trabalhadores, constituindo as quantidades de educação o fator condicionante do desempenho da economia (Gep, 1992).

Neste contexto, do ponto de vista social, o investimento em educação seria recompensado pelo crescimento de produtividade dos trabalhadores e da competitividade das economias; do ponto de vista dos indivíduos, o esforço individual em educação seria, assim, recompensado pelo lugar que viriam a ocupar no campo produtivo e pelo reconhecimento social associado a esse lugar. De fato, o mercado recompensava os maiores níveis de qualificação com empregos melhor remunerados e de melhor prestígio social, pelo que a educação desempenharia um papel chave na promoção do bem-estar e da equidade individual e coletiva (Cabrito, 2002).

A nova perspectiva de funcionamento das instituições numa lógica de quase mercados, permitiu pôr em marcha uma nova filosofia de gestão das instituições. Assim e de acordo com J. Taylor do International Centre for Higher Education Management da Universidade de Bath, (2003), podemos nomeadamente apontar:

- A importância de uma gestão de qualidade face à inércia institucional até então vigente. Inclui controlo diário dos recursos, ênfase na liderança com motivação do staff, manutenção da moral e capacidade de visão a médio prazo; a liderança deve ser balanceada com o desenvolvimento de estruturas descentralizadas no

sentido de encorajar a iniciativa e o empreendedorismo. Passou a valorizar-se a capacidade de gestão e a liderança tanto como a distinção acadêmica;

- O recurso a uma avaliação criteriosa quer dos cursos quer de outros aspetos das instituições visando o uso seletivo dos recursos; termos como avaliação e seletividade passaram a ser comum nas instituições para o que contribuiu de forma decisiva o processo de avaliação do ensino e investigação, o uso de indicadores de desempenho, a exposição pública dos resultados, o efeito da exposição ao mercado e a necessidade de construir pontos fortes;
- Desenvolvimento de equipas de gestão coesas e fortes, com responsabilidades bem definidas, capacidade de trabalho e imaginação; (desenvolvimento de capacidades específicas entre gestores de ensino ou investigação, recursos humanos ou transferência de tecnologia);
- O uso de modelos computadorizados de previsão ao nível financeiro, número de estudantes e projeção do staff por exemplo. Neste contexto, toda a informação interna deve estar informatizada e ser alvo de tratamento dos dados como uma rotina;
- Cultura de solidariedade institucional, pelo que é importante uma política de comunicação interna através de consultas regulares com o staff, estudantes e sindicatos;
- Manutenção de uma efetiva disciplina face ao plano estratégico: desde 1981 o planeamento ganhou pontos face a uma gestão *ad-hoc*;
- Alocação de recursos através de centros de custos, no sentido da responsabilização pelo seu uso. Passou-se ainda, de um modelo de “gastar o orçamento” para um modelo de “captar receitas”;
- Ênfase na promoção da imagem externa da instituição (inclui reuniões regulares com empregadores e associações representativas) e a procura de financiamento ao nível não governamental. Em 1981-82 cerca de 2/3 do orçamento das universidades vinham do orçamento do Estado; hoje representa cerca de 40 por cento do total do financiamento, existindo a preocupação de

rentabilizar todos os recursos da universidade, desde o imobiliário aos recursos acadêmicos;

- Importância da existência de uma reserva financeira que atue como amortecedor em tempo de crise ou de mudança (processos de transição-otimização de modelos de funcionamento).

Para Barzeley (2001) estas mudanças, seja ao nível da gestão, seja a introdução da componente global de concorrência no mercado, são marcantes de um novo paradigma de educação, inserido num contexto que tem vindo a ser designado de New Public Management.

1.4 Aspectos econômicos voltados a Educação Infantil

Fundamentada na confluência dos estudos da neurociência e da economia que tomam como parâmetro um modelo universal de desenvolvimento humano, os argumentos apresentados nos estudos dos economistas estão disseminando-se através de documentos produzidos pelo Banco Mundial e tornando-se referência para o planejamento e a operacionalização de políticas de Educação Infantil em diversos países.

O sentido político atribuído à governamentalidade possibilita pensar como o investimento no desenvolvimento de capital humano infantil organiza determinadas formas de conduzir as condutas das populações e possibilita o planejamento de estratégias relativas à gestão de fatores de risco que podem ser desencadeados pela falta de investimento na primeira infância. Tais estratégias são planejadas sob a justificativa de que o risco social, além de gerar custos para o país, torna uma parcela da população dependente da tutela do Estado para resolver seus problemas. (Saballa de Carvalho, 2014).

Merrien (2008) apud Saballa de Carvalho (2014) afirma que as políticas sociais contemporâneas podem ser vistas enquanto exemplos de como o Estado passou a ser governamentalizado. Essas políticas fazem parte das recomendações vindas do mercado e de seus mecanismos de produção de conhecimento e verdade através das mais variadas formas de racionalidade e cálculo, como a defesa da importância de intervenções precoces no desenvolvimento infantil, como pode ser acompanhado no excerto do documento:

Intervenções no Desenvolvimento da Primeira Infância são essenciais para aumentar a produtividade do Brasil como um todo e para proporcionar oportunidades iguais a toda a população. Esses programas beneficiam mais os pobres do que os demais e os pobres precisam muito desses benefícios. Intervenções na educação desempenham um papel-chave. As creches e as pré-escolas oferecem oportunidades para a estimulação cognitiva e não cognitiva e para o desenvolvimento. Essas oportunidades podem ajudar as crianças no sucesso acadêmico e no acesso ao mercado de trabalho futuro. (Evans; Kosec, 2011; p. 3, apud Saballa de Carvalho (2014)).

Como já foi mencionado anteriormente a primeira infância é significada nas análises econômicas como um espaço de risco que precisa ser conhecido e devidamente administrado por meio de programas governamentais. É o caráter calculável da população infantil que enseja a possibilidade de intervenções precisas, dirigidas à miríade de problemas que afetam a vida das crianças. Isso ocorre, conforme O'Malley (1996) e Bujes (2010) apud Saballa de Carvalho (2014), porque a noção de risco e as práticas dela derivadas estão associadas à sociedade de segurança, a qual permite inserir determinados fenômenos dentro de uma série de acontecimentos prováveis.

2 A EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil vem se configurando como palco de intensos debates no campo educacional. Desde a Constituição Federal de 1988, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, o atendimento de crianças de 0 a 6 anos em espaços coletivos passou a ser considerado uma questão de Educação.

Alves (2011) apresenta como objetivo de sua pesquisa os desafios e possibilidades para se pensar a especificidade educacional da educação infantil a partir de reflexões suscitadas na análise de documentos do MEC, em diálogo com a história da educação da infância no Brasil e com a produção científica da área.

No mundo contemporâneo, os sistemas educacionais são um dos últimos espaços que restam que podem ser espaços essencialmente comunicativos. Voltados para trabalhar valores e fins, para valorizar a comunicação dialógica e a própria linguagem centrada na palavra, a linguagem humana por excelência. Espaços em que as interações humanas continuam a existir sem que estejam dominadas pela unidirecionalidade e a velocidade, em que se formam grupos, em que se trabalha em escala controlável pela comunidade, em que se valoriza a memória, que são componentes essenciais de qualquer projeto civilizatório. (Benjamin, 2012; p. 1).

A definição do termo Educação Infantil no sistema educacional brasileiro é recente. Essa terminologia é utilizada para delimitar a primeira etapa da Educação Básica, responsável pela educação das crianças de zero a cinco anos.

Para Rocha (1999) os que pesquisam sobre a infância, a utilização desse termo enquanto etapa para definir a educação da criança pequena diz respeito a uma constante explicitação de seus contornos e limites no campo que envolve a pesquisa sobre a infância tomada como objeto por diferentes campos do saber científico, como as áreas da saúde, do direito, do trabalho, da sociologia, da história, da antropologia e das ciências humanas e sociais, incluindo a demografia, a arquitetura, as artes, as letras, o serviço social, a

linguística, a educação física e a área educacional, as quais também têm a infância como objeto de estudo e campo de intervenção.

Como cita Nunes (2009), Oliveira (2007) & Rocha (2009), os desafios a ser enfrentados no campo da educação infantil são inúmeros, envolvendo desde condições de infraestrutura às práticas e formação dos profissionais que nele atuam. Muitos deles são frutos da trajetória da educação infantil em nosso país, que assumiu funções e objetivos diversos ao longo da história: assistencialismo, compensação, preparação para a alfabetização, formação integral da criança.

A educação infantil sempre passou por grades dificuldades, desafios envolvendo diversos fatores como nas condições de infraestrutura, às praticas e a formação de profissionais que trabalham nela. Tais dificuldades advêm da falha da distribuição econômica do estado para com a mesma, a falta de compromisso dos representantes políticos e valorização dos projetos que deveria apoiar mais a educação infantil dentro do contexto nacional.

2.1 A criança no contexto histórico

O reconhecimento no passado da infância é diferente nos dias de hoje. Não se na compara como e era vista no passado. Ao estudar a infância e a educação, vamos perceber as transformações ocorridas com o passar dos tempos. A infância é o período onde a criança se desenvolve, é a fase de descobertas do mundo, ver, ouvir, sentir, tocar. Mas nem sempre foi assim, antigamente não existia uma valorização da criança como individuo, havia criança, mas não existia o conceito de infância.

Para Mendonça (2013) na sociedade medieval tradicional não via a criança com bons olhos, Nesta época não existia a valorização da família ela existia para a conservação dos bens; a prática comum de um ofício, a criança tinha que trabalhar desde cedo. Para aprender os trabalhos domésticos e valores humanos, mediante a aquisição de conhecimento e experiências práticas e, dessa forma, não era possibilitada a criação de sentimentos entre pais e filhos.

Segundo Áries (1978) a criança era vista como um adulto em escala reduzida, sua educação e cuidados eram de responsabilidade da mãe. Mal adquiria algum embarço

físico, era misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos. A infância não era vista como uma fase de fragilidade, tendo em vista que a criança tinha uma atenção especial somente no início da vida. Era vista diferente do adulto apenas no tamanho e na força e o importante era que crescesse para enfrentar a vida adulta.

Como se pode observar a criança não tinha tanto valor como se tem hoje. A criança não tinha proteção, a criança era vista nada mais que um indivíduo a mais para futuramente servir a família nos afazeres domésticos e no trabalho. A educação era voltada diretamente ao trabalho.

A infância é o período onde a criança se desenvolve, é a fase de descobertas do mundo, ver, ouvir, sentir, tocar. Mas nem sempre foi assim, antigamente não existia uma valorização da criança como indivíduo, havia criança, mas não existia o conceito de infância. A história nos mostra o surgimento de varias concepções de infância. A criança era vista como um adulto em escala reduzida, sua educação e cuidados eram de responsabilidade da mãe. (Neves, 2016; p. 3).

Essa visão que se tinha da criança passa a se modificar social e intelectualmente após a Idade Moderna, a Revolução Industrial, o Iluminismo e a constituição de Estados laicos, porém apenas a criança nobre era tratada melhor, diferentemente da criança pobre. É neste contexto que surgiu à figura do Pedagogo que era o escravo que conduzia à criança a escola.

De um ser sem importância a criança passa ser um indivíduo de grande relevância na sociedade, com direitos e que precisa ter suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais supridas.

Segundo Fraboni (1998) a etapa histórica que estamos vivendo, fortemente marcada pela “transformação”, tecnológico - científico e pela mudança ético-social, cumpre todos os requisitos para tornar efetiva a conquista do salto na educação da criança, legitimando- a finalmente como figura social, como sujeito de direitos enquanto sujeito social.

Um fator importante é a diferenciação entre os termos infância e criança. Na compreensão de Kuhlmann Júnior (1998), a criança é o ser totalitário, que participa das

relações sociais mediante um processo que não é só psicológico, mas também social, cultural e histórico, pois ela se apropria de valores e comportamentos próprios de seu tempo e lugar, já que as relações sociais são parte integrante da criança e de seu desenvolvimento. Por sua vez, o termo infância é considerado, segundo o autor:

Como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, reconhecê-las como produtoras da história (Kuhlmann Júnior, 1998; p. 31).

Como destaca Lara e Moreira (2012) o enfoque nas discussões que se seguem a respeito da Educação infantil considera a criança como sujeito histórico, porém essa compreensão exige entender o processo histórico numa amplitude complexa, ou seja, perceber que as crianças concretas, na sua materialidade, expressam a inevitabilidade da história, e que nessa dinâmica elas se fazem presentes nos seus mais diferentes momentos.

O sistema educacional brasileiro, constituído de diferentes dimensões, tem a Educação Infantil como uma etapa relevante do processo educacional, e atualmente em diversos estudos encontra-se um retrato da trajetória das instituições brasileiras de Educação Infantil; contudo, ao se compreender o passado, a superação da linearidade é primordial para não encobrir as questões do presente a serem compreendidas.

O Ministério da Educação (MEC) é criado em 14 de Novembro de 1930 pelo presidente Getúlio Vargas, (um órgão do governo federal do Brasil fundado no decreto nº 19.402, com o nome Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública), eram encarregados pelo estado e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar. Nos anos 70, o Brasil assimilou as teorias desenvolvidas nos Estados Unidos e Europa, que sustentavam que as crianças mais pobres sofriam de privação cultural e eram colocadas para explicar o fracasso escolar delas, esta ideia direcionou por muito tempo a Educação Infantil, enraizando uma visão assistencialista e compensatória foram então adotadas sem que houvesse uma reflexão crítica mais profunda sobre as raízes estruturais dos problemas sociais. Isto passou a influir nas decisões de políticas de educação Infantil. (Oliveira, 2002; p. 109). Dessa maneira, pode-se observar a

origem do atendimento fragmentado que ainda faz parte da Educação Infantil destinada às crianças carentes, uma educação voltada para suprir supostas “carências”, é uma educação que leva em consideração a criança pobre como um ser capaz, como alguém que não responderá aos estímulos dados pela escola.

Como se pode constatar segundo as referências acima, a criança era um ser não muito valorizado pela sociedade até que fossem criadas leis e estatutos que ressaltassem o valor da criança como um ser que deveria ser tratado com cuidados especiais diferenciados do ser adulto.

2.2 A creche, origens e caráter assistencialista

Para Ferreira & Gomes (2006) ao analisar a origem da creche, observa-se que, a motivação da implantação destas, remonta a interesses diferentes da motivação educacional, marcada pela necessidade de uma sociedade em plena transformação e da necessidade de inserção da mão-de-obra feminina na indústria, sendo assim foi criada com as preocupações puramente assistencialistas, visando à guarda das crianças para que as suas mães pudessem trabalhar.

De acordo com Rosenberg (1984) “As razões educacionais são absolutamente estranhas ao funcionamento das poucas creches existentes, que têm por principal objetivo manter a saúde física e moral dessa população”.

Segundo Merisse (1997) a origem remota da creche, primeiramente em abrigos ou asilos, onde desde a Idade Média eram recolhidos todos os necessitados, para que não ficassem largados a própria sorte, com preocupações que se limitavam à guarda pura e simplesmente das crianças abandonadas por serem filhos ilegítimos ou filhos de escravas que serviriam para serem amas-de-leite, onde seus filhos eram rejeitados para bem servirem à função que lhes eram impostas. Pode-se citar como instrumento de legitimação dessa prática A Roda dos Expostos. Ainda essas instituições, muitas de cunho religioso viam a morte como algo natural, tratando a mortalidade infantil como recurso fazedor de “anjinhos”.

Nas suas origens a creche passou por um caráter exclusivamente filantrópico, caritativo, por entidades não governamentais como a Casa da Roda; uma segunda fase com

a orientação higiênico-sanitarista, onde foi reduzida consideravelmente a mortalidade infantil, seguida de um período marcadamente assistencial e por fim uma dimensão educacional, que permeia até os dias atuais.

É importante ressaltar que mesmo tendo esse cunho educacional, a educação infantil é arraigada ainda por um caráter assistencialista visando à proteção da criança na ausência da família, compensando essa “falha” familiar. É interessante ressaltar que por mais que a creche tenha essa face assistencialista, mesmo assim ainda existem imposições quanto ao ingresso na educação infantil. Segundo Fullgraf (2001), a condição sócio econômica é o critério principal para a obtenção de vaga – é selecionada a criança que tenha a menor renda e cujos pais tenham vínculo empregatício. Sendo assim, a educação infantil é uma instituição assistencialista, no sentido de que atrela sua matrícula a condição sócio econômica da família, e acaba sendo contraditória pois acaba sendo negada as famílias que não possuam vínculo empregatício, aquelas que estão desempregadas ou vivendo na economia informal.

Ainda que sendo garantida em lei, essa fase da educação há pouca discussão a respeito da relevância educacional que essas instituições oferecem para a criança. Ressalta-se que de acordo com a Constituição Federal artigo 208, inciso IV: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.” Sendo reforçada pela LDB 9394/96 artigo 30, inciso I, “A educação infantil será oferecida em: creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade”.

O avanço ao nível de legislação constitui um avanço acerca da discussão da necessidade da educação infantil, referendando esse nível de ensino com uma proposta educacional, não apenas assistencialista.

A subordinação do atendimento em creches e pré-escolas à área da educação representa, pelo menos ao nível do texto constitucional, um grande passo na superação do caráter assistencialista predominante nos programas voltados para essa faixa etária. Ou seja, esta subordinação confere às creches e pré-escolas um inequívoco caráter educacional (Campos et. Al., 1993; p.18).

O Plano Nacional de Educação trás uma discussão acerca dessa temática, entendendo como desperdício de potencial humano, não atender em caráter educacional essas crianças.

Se a inteligência se forma a partir do nascimento e se há "janelas de oportunidade" na infância quando um determinado estímulo ou experiência exerce maior influência sobre a inteligência do que em qualquer outra época da vida, descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano. Ao contrário, atendê-la com profissionais especializados capazes de fazer a mediação entre o que a criança já conhece e o que pode conhecer significa investir no desenvolvimento humano de forma inusitada. Hoje se sabe que há períodos cruciais no desenvolvimento, durante os quais o ambiente pode influenciar a maneira como o cérebro é ativado para exercer funções em áreas como a matemática, a linguagem, a música. Se essas oportunidades forem perdidas, será muito mais difícil obter os mesmos resultados mais tarde. (Brasil, 2001; p. 78).

Vale lembrar que ainda que, reconhecendo o avanço, que a educação infantil teve ao nível de políticas públicas e legislação, vale ressaltar que esse nível de ensino ainda necessita de investimentos. Na prática evidencia-se uma escassez de vagas nas instituições públicas, segundo dados estatísticos do Plano Municipal de Educação (2005) do governo municipal de Cascavel, no ano de 2003 a população infantil da cidade considerando crianças entre 0 a 3 anos, era de 11.665 crianças sendo que apenas 1.867 eram atendidas nas creches.

É necessário analisar a qualidade na formação dos profissionais que atendem nessas instituições, e a relevância que as políticas atuais vêm tratando desse tema. Em Rosemberg (2002) encontram-se algumas recomendações do Banco Mundial em 2001, numa área denominada de Desenvolvimento Infantil, que demonstra a política deste órgão para a educação infantil, no que se refere a qualificação de pessoal as indicações são de que as mesmas poderiam ser professores, funcionários de creches, mães ou outras mulheres, que não necessariamente tivessem uma qualificação, para o atendimento, sendo admitidas também voluntárias.

O que geralmente se percebe é um descaso quanto à formação dos profissionais que trabalham nessa área, adotando-se como critério apenas algo que seria inato às mulheres, o sentimento materno. Pensar a qualidade da educação infantil é pressupor que ela deve estar intimamente atrelada à qualidade da formação profissional dos educadores das crianças, do contrário o avanço é visto apenas em nível de legislação e não sendo efetivado na prática.

Para Vygotsky (1988), a aprendizagem e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida da criança. Visando à superação desse modelo de criança incapaz, é importante referirmos a teoria de Vygotsky, o autor concebe a ideia de que desde que nasce o indivíduo passa a fazer parte de uma história e cultura, que ao longo de seu desenvolvimento vão sendo assimiladas e modificadas em um processo de interação. Então, Vygotsky concebe a dimensão social como fundamental ao desenvolvimento humano, uma vez que o homem se constitui como ser humano na relação com o outro - na sua inserção sócio histórica. Interação esta, que na creche não ocorre somente adulto-criança, mas também entre criança-criança, tornando-se momento extremamente importante, para a socialização infantil, com a convivência social, além da negociação de possíveis conflitos pertinentes a um grupo de crianças.

As pesquisas de Strenzel (2005) analisam que muito se tem estudado sobre as crianças e seu desenvolvimento, mas a literatura sobre o desenvolvimento dos bebês no espaço coletivo das creches ainda é escassa. As interações constituem um campo rico de significados, que apresentam amplas possibilidades de relações. Pensar a creche como uma instituição de atendimento a crianças pequenas, como espaço privilegiado de interações não só de adultos e crianças, mas entre as próprias crianças, é ter de rever as concepções de criança, de educação e das funções sociais dessa instituição.

2.3 Programas que Financiam a Educação Infantil

A Secretaria de Educação Básica zela pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. A educação básica é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Atualmente, os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394, que estabelece as *Diretrizes e Bases da*

Educação Nacional (LDB), as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica* e o *Plano Nacional de Educação*, aprovado pelo *Congresso Nacional* em 26 de junho de 2014. Outros documentos fundamentais são a Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tabela 1: Programas de apoio a Educação Infantil.

Programa	Unidade Responsável
2030 – Educação Básica	SEB SECADI FNDE INEP

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoas>

A educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, e tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, contribuindo para a redução das desigualdades sociais. Para tanto, é fundamental que se considere os princípios da equidade e da valorização da diversidade, os direitos humanos, a gestão democrática do ensino público, a garantia de padrão de qualidade, a acessibilidade, a igualdade de condições para o acesso e permanência do educando na escola.

Segundo o PPA (2012-2015) a universalização da educação básica constitui uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação 2011-2020, consubstanciado no Projeto de Lei nº 8.035/2010, em tramitação no Congresso Nacional. Nesse sentido, nos últimos anos, duas mudanças importantes foram introduzidas na educação básica: a matrícula obrigatória no ensino fundamental a partir de 6 anos completos, ampliando a duração do ensino fundamental para 9 anos; e a obrigatoriedade de matrícula/frequência escolar dos 4 aos 17 anos de idade, introduzida pela Emenda Constitucional nº 59 de 2009, que deverá estar implementada até 2016.

O levantamento nacional de dados educacionais realizados pelo Censo Escolar 2012 apurou que em mais de 192 mil estabelecimentos de educação básica do País, estão matriculados mais de 50 milhões de alunos, sendo 83,5% em escolas públicas e 16,5% em escolas privadas. Considerando a multiplicidade que este universo representa é importante

implementar políticas diferenciadas para cada etapa e modalidade da educação básica, considerando as especificidades das diferentes regiões e públicos.

Diversas são as ações desenvolvidas pelo MEC com o objetivo de melhorar a qualidade da educação. Ações que perpassam a aprendizagem do aluno, a valorização do profissional de educação, a infraestrutura física e pedagógica da escola e o apoio aos entes federados. No presente documento serão relatadas as ações de maior destaque na educação básica, que em seu conjunto contribuem de forma significativa para a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Tabela 2: Ações do Programa 2030 – Educação Básica.

Ações do Programa 2030 – Educação Básica
8744 – Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica
20RJ – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.
20RS – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, indígena, Tradicionais, Remanescentes de Quilombos, e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos Deficientes.
0969 – Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica.
4014 – Censo Escolar da Educação Básica.
20RT – Certames e Tecnologias Educacionais.
20RO – Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica.
20RI – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica.
12KV – Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares.
20RP – Infraestrutura para a Educação Básica.
8790 – Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos.
2A95 – Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional – ProJovem.
20RV – Apoio a Manutenção da Educação Infantil.
12KU – Implantação de Escolas para Educação Infantil.
0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica.
0E53 – Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica – Caminho da Escola.
0E36 – Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.
0515 – Dinheiro Direto da Escola para a Educação Básica.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoas>.

Quadro 1: Educação Básica - Objetivo 0597.

Identificação do Objetivo			
Descrição	Elevar o atendimento escolar, por meio da programação do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.		
Código	0596	Orgão	Ministério da Educação
Programa	Educação Básica	Código	2030
Metas Quantitativas Não Regionalizadas			
Sequencial	Descrição das Metas		
1	Apoiar a cobertura de 5.000 quadras esportivas escolares.		
2	Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares.		
3	Apoiar a construção de 7.000 creches e pré-escolas.		
4	Apoiar a construção de salas de aulas em no mínimo 200 comunidades quilombolas e garantir o provimentos da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.		
5	Elevar a taxa de frequência a escola para a população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011- 2020.		

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-aco-es>.

Essa meta está presente nos três Programas Temáticos: 2030-Programa Educação Básica; 2031-Programa Educação Profissional e Tecnológica; e 2032- Programa Educação Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse sentido, optou-se por dispor o texto da análise apenas no Objetivo 0598 do Programa 2030.

A evolução do investimento público total em educação em relação ao PIB de 4,7% em 2000 para 6,4% do PIB em 2012 resultou basicamente de alterações na forma de financiamento da educação negociadas entre o Poder Executivo, o Legislativo e a sociedade, principalmente pela introdução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) a partir de 2007 e pela eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para a educação entre 2009 e 2011.

Para o atendimento das diretrizes educacionais foram propostas metas para o período de vigência do PNE 2011-2020, ainda em tramitação no Congresso Nacional. No

caso do financiamento, a meta proposta prescreve 10% do PIB para o décimo ano, o que exigirá um esforço maior de todos os entes federados para manter a evolução positiva do investimento público em educação. Será também necessário o estabelecimento de novas fontes de financiamento. Nesse sentido, o ano de 2013 foi pródigo, com a recente vinculação de parcela substancial da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás natural a ser aplicada na educação.

Ressalta-se, ainda, no âmbito do financiamento da educação, o Fundeb, com vigência estabelecida para o período de 2007-2020. O Fundo financia toda a educação básica brasileira e foi criado como mecanismo de redistribuição de recursos visando à equidade, à redução de desigualdades, à valorização do magistério e à qualidade da educação. A União complementa o Fundeb com recursos quando o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente em alguns estados. Para a distribuição dos recursos do Fundeb, em 2013, foram consideradas 41,9 milhões de matrículas da educação básica, nas redes estaduais e municipais de ensino, apuradas no Censo Escolar de 2012. A receita dos estados e municípios chegou a R\$ 107,4 bilhões, sendo que a complementação da União foi de R\$ 10,2 bilhões, totalizando um montante de 117,6 bilhões.

Seguem alguns programas nacionais:

- a) PNAIC 2016: O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Para o ano de 2016 o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa apresenta três eixos que serão considerados ao longo do desenvolvimento do trabalho pedagógico:

Fortalecimento das estruturas estaduais e regionais de gestão do programa, o monitoramento da execução e a avaliação periódica dos alunos. Formação de professores desenvolvida em parceria com as secretarias de educação e governos municipais com foco na aprendizagem do aluno do 1º ao 3º ano do EF e dos alunos com alfabetização incompleta e letramento insuficiente.

Reconhecimento e valorização das escolas e dos profissionais comprometidos com a elevação dos índices de alfabetização dos estudantes.

Os resultados das avaliações nacionais demonstram níveis insuficientes de alfabetização e letramento dos estudantes brasileiros, desafio que deve ser enfrentado por uma grande articulação entre União, sistemas de ensino e Instituições de Ensino Superior. Com o intuito de encarar este desafio com mais robustez é que foram promovidos ajustes ao desenho original do Programa.

A principal inovação no Programa é o fortalecimento das estruturas estaduais, regionais e locais de gestão de programas de apoio à alfabetização e ao letramento, com a alocação de novos perfis de coordenadores do Pacto nos estados e nas regionais de ensino, para que trabalhem junto aos coordenadores locais, já participantes do PNAIC. Neste caso, a intenção é promover o apoio à constituição dessas equipes de coordenadores vinculados às redes de ensino para que assegurem o acompanhamento das ações do programa e avaliem a aprendizagem dos estudantes, responsabilizando-se também pelos resultados da alfabetização em seus estados e municípios.

As estratégias de monitoramento e acompanhamento das ações do programa serão delineadas em um Plano de Gestão a ser formulado pelo estado e aprovado no âmbito do Comitê Gestor. Já as Instituições Públicas de Ensino Superior permanecerão responsáveis pela coordenação e realização das atividades formativas de orientadores de estudo, professores alfabetizadores, além dos diferentes coordenadores. A proposta da formação continuada deverá constar de um Plano de Formação, elaborado pelas IES públicas e também aprovado no âmbito do Comitê Gestor.

O MEC tem incentivado que as propostas de formação continuada de professores alfabetizadores se associem a materiais de apoio a prática docente, como os livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) ou materiais produzidos como recursos educacionais abertos pelas Secretarias de Educação em parceria com IES, conforme deliberação do Comitê.

- b) Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE: O Programa Nacional Biblioteca da Escola tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o

incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito em anos alternados: em um ano são contempladas as escolas de educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental e de educação de jovens e adultos. Já no ano seguinte os acervos são direcionados às escolas com estudantes dos anos finais do ensino fundamental e de ensino médio. Hoje, o PMBE atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar. Em 2013, foram distribuídas cerca de 6.700.000 obras literárias a mais de 50 mil escolas do ensino fundamental e 18 mil e oitocentas do ensino médio em todo o país.

O programa ainda supre as bibliotecas escolares de periódicos (PNBE Periódicos) e obras de referência para os professores da educação básica (PNBE Professores), além do PNBE Temático, com obras elaboradas com base no reconhecimento e na valorização da diversidade humana, voltadas para estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio.

Programa Nacional do Livro Didático – PNLD: O Programa Nacional do Livro Didático tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.

Coleção explorando o Ensino: A Coleção Explorando o Ensino tem por objetivo apoiar o trabalho do professor em sala de aula, oferecendo-lhe um material científico-pedagógico que contemple a fundamentação teórica e metodológica e proponha reflexões nas áreas de conhecimento das etapas de ensino da educação básica e, ainda, sugerir novas formas de abordá-las em sala de aula, contribuindo para a formação continuada e permanente do professor.

Todos estes programas citados anteriormente formentam o bom desempenho da educação infantil no Estado brasileiro. São de extrema relevância para o desenvolvimentos das ações elaboradas direcionadas a Educação Infantil e que por sua vez sendo todos com seu objetivos e propostas bem aplicados teríamos uma educação eficiente, que infelizmente não é o caso a ser destacado no momento neste texto.

As Diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil são:

- a) A Educação Infantil tem função complementar à ação da família, o que implica uma profunda, permanente e articulada comunicação entre elas.
- b) O processo pedagógico deve considerar as crianças em sua totalidade, as diferenças entre elas e a sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar.
- c) A Educação Infantil deve pautar-se pela indissociabilidade entre o cuidado e a educação.
- d) As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil devem conter diretrizes referentes ao processo de avaliação da criança pequena.
- e) As professoras e os outros profissionais que atuam na Educação Infantil exercem um papel nitidamente educativo, devendo ser qualificados especificamente para o desempenho de suas funções junto das crianças de 0 a 6 anos. A formação inicial e a continuada do professor de Educação Infantil são direitos e devem ser asseguradas a todos.
- g) Os sistemas de ensino devem assegurar a valorização do professor de Educação Infantil, incentivando-o a participar do Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (Proinfantil) e intervindo nos municípios na perspectiva de sua inclusão nos planos de cargos e salários.
- h) O processo de seleção e admissão de professores deve assegurar a formação específica na área. Para os que atuam na rede pública, a admissão deve ser por meio de concurso.

- i) A reflexão coletiva sobre a prática pedagógica, com base nos conhecimentos historicamente produzidos, tanto pelas ciências quanto pela arte e pelos movimentos sociais, norteará as propostas de formação.
- j) A prática pedagógica deverá considerar os saberes produzidos pelas crianças e pelos professores no seu cotidiano.
- k) As instituições de Educação Infantil devem elaborar suas propostas pedagógicas com a participação dos professores, dos demais profissionais da instituição, da família, da comunidade e das crianças, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, e fundamentadas na produção teórica da área.
- l) As iniciativas inovadoras, que levam ao avanço na produção de conhecimentos teóricos na área da Educação Infantil, sobre a infância e a prática pedagógica, devem ser asseguradas e difundidas.
- m) Os espaços físicos, os equipamentos, os brinquedos e os materiais adequados para a garantia de um trabalho de qualidade com as crianças, inclusive com aquelas que apresentam necessidades educacionais especiais, deverão ser garantidos nas instituições de Educação Infantil.
- n) A Política de Educação Infantil articular-se-á com as de Ensino Fundamental, Saúde, Assistência Social, Justiça, Direitos Humanos, Cultura, Mulher e Discriminação Racial, entre outras, para assegurar, nas instituições, o atendimento integral à criança, considerando os seus aspectos físico, afetivo, cognitivo/linguístico, sociocultural, bem como as dimensões lúdicas, artística e imaginária.
- o) As instituições de Educação Infantil devem oferecer, no mínimo, 4 horas diárias de atendimento educacional e, sempre que possível, em tempo integral, considerando a demanda real.

Como se pode observar dentro das Diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil, elas foram elaboradas pensando desde na participação efetiva da ação familiar até nos ambientes onde de fato é desenvolvida a educação infantil propriamente dita, nas

creches. Foi pensado na estrutura adequada para receber as crianças de acordo a faixa etária e todos os recursos necessários para que a Educação Infantil aconteça a contento.

Outra importante estratégia relativa à educação infantil, no âmbito da Ação Brasil Carinhoso pertencente ao Plano Brasil Sem Miséria, é o repasse de recurso suplementar para os municípios que atendam crianças de zero a 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público. A partir de 2013, o valor de repasse sofreu aumento de 25% para 50% do menor valor do Fundeb definido nacionalmente.

Outros programas Federais que financiam a educação Infantil:

- O Programa *Mais Educação* (PME) representa a estratégia mais significativa do Governo Federal para indução da agenda da educação integral em jornada ampliada. O PME visa a ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola e os espaços utilizados para a educação escolar por meio da articulação com os equipamentos públicos e comunitários, bem como ampliar as oportunidades educativas de alunos e suas comunidades. Há ainda recursos para complementação da alimentação escolar dos alunos que participam das atividades e envio de equipamentos às escolas, além de formação específica para professores.
- No âmbito da *Política Nacional de Educação Especial*, o Ônibus Escolar Acessível, ofertado pelo Programa Caminho da Escola, apresenta-se como uma oportunidade para que municípios, estados e o Distrito Federal iniciem ou ampliem o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida nas classes comuns de ensino regular, assim como no atendimento educacional especializado, oferecido de forma complementar ou suplementar no contraturno escolar, garantindo a transversalidade da educação especial em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino.
- O Programa *Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais* (SRM) apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização de estudantes público-alvo da educação especial. As SRM dispõem de equipamentos, mobiliários e materiais

pedagógicos e de acessibilidade, destinados a atender às especificidades educacionais dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

- O *Programa Escola Acessível* objetiva promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas que foram contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.
- Com o objetivo melhorar a qualidade da educação do campo, o Governo Federal criou o *Programa Nacional de Educação do Campo* (Pronacampo), que oferece apoio técnico e financeiro aos municípios, estados e Distrito Federal para a implementação da política de educação do campo. As ações desenvolvidas no âmbito do Programa são voltadas ao acesso e a permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo, sendo estruturado em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas; Formação Inicial e Continuada de Professores; Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Infraestrutura Física e Tecnológica.
- O *ProJovem Urbano* objetiva elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que sejam alfabetizados e não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de EJA integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de cursos com 18 meses de duração. Aos entes federados que aderem ao ProJovem Urbano são repassados recursos calculados com base na meta de atendimento e na frequência dos alunos matriculados para o desenvolvimento das ações previstas. O Programa contempla também atendimento a jovens das unidades prisionais e a jovens moradores dos municípios com os maiores índices de violência contra a juventude negra, integrante do Plano Juventude Viva.

- No âmbito da educação escolar indígena, em 2013 foi lançado o *Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais* (PNTEE), conjunto articulado de ações de apoio técnico e financeiro do MEC aos sistemas de ensino para a organização, fortalecimento e gestão da Educação Escolar Indígena, que tem como objetivo ampliar e qualificar a oferta da educação básica e superior para os povos indígenas.
- O *Programa Caminho da Escola*, objetiva renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar. Existem três formas para estados e municípios participarem do Programa: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão; via assistência financeira no âmbito do PAR; ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.
- O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) visa a promover o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica residentes em área rural que utilizem transporte escolar, mediante a assistência financeira, em caráter suplementar, aos entes federados. O Programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com manutenção do veículo ou da embarcação.
- Com relação ao acesso a tecnologias de informação, o *Programa Nacional de Tecnologia Educacional* (ProInfo) tem como objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação nas redes públicas, urbanas e rurais, de educação básica. O Programa é implementado em três frentes: distribuição de equipamentos (laboratórios, computadores interativos, lousas digitais, laptops educacionais e tablets), formação continuada de professores e produção e disponibilização de conteúdos digitais educacionais.

- O *Sistema Universidade Aberta do Brasil* (UAB) foi instituído com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país na modalidade a distância, com foco na formação inicial e continuada para professores da educação básica. O Sistema UAB é integrado por Instituições Federais de Ensino e polos de apoio presencial, distribuídos em todas as unidades da Federação. Além dos cursos de licenciatura, são ofertados cursos de pós-graduação lato e stricto sensu.
- O *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência* (Pibid), que concede bolsas para alunos de curso de licenciatura desenvolverem atividades pedagógicas em escolas públicas, manteve-se como uma importante política pública para a formação de professores. Foi lançado novo edital em 2013, com extensão do Programa a bolsistas do ProUni e aperfeiçoamentos nos aspectos pedagógicos do Programa com a finalidade de promover a equidade e a excelência nas licenciaturas.

A formação acadêmica do professor é requisito importante para sua qualificação no exercício do magistério, na perspectiva de reunir habilidades e competências para promover uma educação de qualidade, socialmente referenciada. Tendo em vista sua importância para o alcance do máximo aprendizado dos estudantes de educação básica da rede pública, a qualificação do docente constitui um dos pilares de sustentação do PNE 2011-2020, com o estímulo à crescente qualificação e à ampliação do acesso dos educadores à universidade.

Além da formação em nível superior na área de atuação, é desejável que os professores aprofundem seus conhecimentos por meio de cursos de pós-graduação. Ao passar por essa formação, os professores são expostos a metodologias científicas, aprofundam seus conhecimentos, ampliam seu olhar com relação à sala de aula e, conseqüentemente, tem maior propensão a estimular o raciocínio científico em seus alunos. A formação continuada permite que o professor se atualize e esteja permanentemente fazendo a ligação entre teoria e prática, fundamental para o bom desempenho em sala de aula.

3 INVESTIMENTO ECONOMICO NA EDUCAÇÃO

Os efeitos de investimentos em educação não são apenas os mais variados mas, também, têm várias dimensões. Por um lado, esses investimentos podem ser concretizados via melhoria ou na qualidade ou na quantidade da educação. Por outro lado, pode-se diferenciar os investimentos em educação de acordo com o nível em que ocorrem, podendo estar relacionados a uma melhoria na educação fundamental, secundária, superior ou técnica.

Se colocarmos na balança o que é meio e o que é fim, não hesitaríamos em responder: economia é meio, educação é fim, e não o contrário. É importante ressaltar que em uma sociedade civilizada, o desenvolvimento econômico deve ser pensado como um estratagema útil e necessário, de que lançamos mão, para que as pessoas possam dedicar mais tempo de sua vida a buscar cultura, conhecimento, interação humana, prazer estético e transcendência. Investir em educação é bom não só para aumentar o capital cultural da sociedade e dos cidadãos, mas também para fazer a roda da economia girar.

Segundo Abrahão (2011) cruzando dados econômicos do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), os economistas chegaram à conclusão de que os gastos em educação e saúde têm retorno superior ao de outras atividades. O multiplicador do PIB para a educação foi 1,85%, enquanto o da saúde foi de 1,70%, o da construção civil foi de 1,54% e o de exportações de commodities agrícolas, de 1,4%. No caso do multiplicador na renda das famílias, o da educação foi de 1,67%, o da saúde de 1,44%, construção civil, 1,14%, commodities, 1,04%.

Segundo Abrahão (2011) em países de renda mais homogênea, como a França ou a Dinamarca, por exemplo, esse grupo é fundamental para a economia. Nos países europeus, em alguns casos, cerca de 40% da economia é movida pelo gasto social. Ou seja, salários dos prestadores de bens e serviços, educação, saúde, mais as transferências governamentais, como aposentadoria, seguro desemprego etc. Grande parte disso é o que segura a economia.

Em 2007, foi criado o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), com o objetivo de prestar apoio técnico e financeiro a municípios para construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas, possibilitando o acesso de crianças à educação infantil da rede pública. Em 2011, o programa passou a fazer parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

As unidades construídas no âmbito do Proinfância são dotadas de ambientes essenciais para a aprendizagem das crianças, como: salas de aula, sala de informática, bibliotecas, sanitários, fraldários, recreio coberto, parque, refeitório, entre outros ambientes, que permitem a realização de atividades pedagógicas, recreativas, esportivas e de alimentação, além das administrativas e de serviço.

Por meio do programa também são repassados recursos para equipar as escolas em fase final de construção, com itens padronizados e adequados ao funcionamento das creches e pré-escolas. A partir de 2013, passaram a ser utilizadas metodologias inovadoras para a construção das unidades mediante a adesão dos municípios às atas de registro de preços do FNDE. Tal procedimento permitiu a redução do prazo de execução e do custo das obras, garantindo elevado padrão de qualidade.

Ainda com relação à política de construção de creches e pré-escolas, o MEC repassa recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, a título de apoio à manutenção dos novos estabelecimentos públicos de educação infantil que tenham sido construídos com recursos do Governo Federal, que estejam em plena atividade e que ainda não são contemplados com recursos do Fundeb.

Favorecer o desenvolvimento da educação infantil, que é a base primordial da educação, é um desafio nada fácil de trabalhar. Como sabemos a educação infantil é a base, onde o cidadão tem o primeiro contato com os conhecimentos científicos, é onde a criança aprender os conhecimentos que o farão um cidadão profissional para a vida futura. É certo que para o desempenho da educação é necessário que a instituição educacional tenha uma boa economia, mas nada melhor do que ninguém para saber o que é necessário para o melhor desempenho do ensino-aprendizado do que os educadores da referida instituição.

Ressalta-se que o MEC também repassa recursos financeiros às prefeituras e ao Distrito Federal para apoio à manutenção de novas matrículas de educação infantil ainda

não contempladas com o Fundeb, oferecidas em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público.

Outra importante ação no âmbito do PAC 2 é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, que tem o objetivo de melhorar a estrutura física para realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio. A proposta é atender a 10.116 escolas até 2014, sendo 6.116 para construção de quadras cobertas e quatro mil para cobertura de quadras já existentes.

Um dos instrumentos mais relevantes para a melhoria da qualidade da educação básica é o Plano de Ações Articuladas (PAR), que é um planejamento multidimensional da política de educação que os municípios, os estados e o DF devem elaborar para um período de quatro anos. O ente federado elabora o diagnóstico da sua situação educacional, orientado em quatro grandes eixos: Gestão Educacional; Formação de Profissionais de Educação; Práticas Pedagógicas e Avaliação; e Infraestrutura e Recursos Pedagógicos. O instrumento diagnóstico possui mais de 80 indicadores que revelam a situação educacional do sistema de ensino. A partir do diagnóstico construído com estes indicadores, é proposto ao ente federado um conjunto coerente de ações e subações, resultando no Plano de Ações Articuladas (PAR). É por meio do PAR que o Ministério da Educação presta assistência técnica e financeira aos entes federados.

Segundo Benjamin (2002) se desejamos desenvolvimento, usemos a economia e a técnica, mas olhando para as pessoas. Elas são o centro de qualquer projeto sustentável. Os educadores é que sabem disso. Por isso, mais importante do que os economistas falarem para educadores, é que os educadores comecem a falar para economistas.

Continuando Benjamin (2002) ressalta que só merecerá ser chamada de civilizada uma sociedade que trate a educação como um direito subjetivo das pessoas, como uma prática voltada para alargar seus horizontes humanos, como um fim em si. E não como um instrumento para adequar as pessoas às necessidades de um mercado cada vez mais enlouquecido, porque dominado pelo fetiche das coisas.

Uma sociedade que enfatiza excessivamente a técnica e perde a capacidade de dialogar - ou seja, de estabelecer valores comuns, acordos, pactos, fins compartilhados e legítimos - é uma sociedade que se destruirá. Hoje, dependemos muito menos da

racionalidade técnica, já bastante desenvolvida, e muito mais de fortalecer nossa minguate capacidade de estabelecer regras e normas de uma convivência civilizada. Eis o papel insubstituível da educação e dos educadores. No mundo contemporâneo, os sistemas educacionais são um dos últimos espaços que restam que podem ser espaços essencialmente comunicativos. Voltados para trabalhar valores e fins, para valorizar a comunicação dialógica e a própria linguagem centrada na palavra, a linguagem humana por excelência. (Benjamin, 2002; p.2).

Segundo o MEC (2014) ao Estado, portanto, compete formular políticas e implementar programas que garantam à criança desenvolvimento integral e vida plena, de forma que complemente a ação da família. Em sua breve existência, a educação das crianças de 0 a 6 anos, como um direito, ganhou afirmação social, prestígio político e presença permanente no quadro educacional brasileiro.

A sociedade é regida por regras e técnicas, projetos e metodologias. Alguns gestores esquecem às vezes da importância do papel do diálogo, da interação entre os entes e de estabelecer propostas para solucionar os problemas educacionais diante da crise econômica que passamos atualmente. No mundo contemporâneo a educação tem um papel fundamental e pontencializador de comunicar entre os outros setores e proporcionar soluções para o desempenho do ensino-aprendizado diante da crise econômica que passa o país.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) abre a possibilidade de ampliação do acesso ao Ensino Fundamental para as crianças de 6 anos, faixa etária que concentra o maior número de matrículas na Educação Infantil. Essa opção colocada aos sistemas de ensino diminui a demanda na Educação Infantil e pode ampliar a matrícula para as crianças de 4 e 5 anos nesse nível educacional, se as salas destinadas à Educação Infantil não forem transformadas em salas de Ensino Fundamental.

O desempenho educacional das crianças brasileiras é muito inadequado. Resultados da Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização, a Prova ABC, avaliação do movimento Todos pela Educação divulgada em agosto de 2011, mostram que 57,2% dos estudantes do terceiro ano do ensino fundamental, o que corresponde à antiga segunda série, não conseguem resolver problemas básicos de matemática, como soma ou subtração. Resultados semelhantes são encontrados na avaliação dos estudantes brasileiros

no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes da OECD, PISA. (Araujo, 2011; p. 20).

Essa defasagem do aprendizado está diretamente, por sua vez, ligada ao desempenho das atividades dos professores em sala de aula, que por sua vez, estão ligados a aspectos econômicos que influenciam na formação dos professores em questão. Quando a escola pode direcionar uma parte de sua economia a formação e preparação dos docentes para atuarem com maior desempenho suas atividades e projetos em sala de aula, estes aspectos negativos que afetam o ensino-aprendizado são amenizados e a educação ganha potencialidade junto a seu corpo escolar.

Segundo Vygotsky (1998), a aprendizagem resulta da interação entre as estruturas do pensamento e o contexto social, num processo de construção e reconstrução pela ação do sujeito sobre o objeto a ser conhecido. Para ocorrer a aprendizagem seria necessário o enfrentamento de situações desafiadoras que propiciem ao aluno chegar a patamares mais elaborados de conhecimento, necessitando da intervenção de outros sujeitos.

Para que as atividades estabelecidas pelo currículo escolar sejam contempladas satisfatoriamente, não podemos deixar de valorizar a importância da economia que será direcionada a tais finalidades favorecendo a promoção da formação e capacitação dos docentes. Como cita Vygotsky a aprendizagem resulta da interação entre as estruturas e, a estrutura social econômica é de suma importância para que os educadores desenvolvam suas atividades satisfatoriamente contento junto aos alunos.

3.1 A economia inovando o contexto educacional

A incorporação das creches aos sistemas educacionais não necessariamente tem proporcionado a superação da concepção educacional assistencialista. A falta de verbas para a educação infantil tem até estimulado novas divisões, por idades: apenas os pequenos, de 0 a 3 anos, frequentariam as creches; e os maiores, de 4 a 6, seriam usuários de pré-escolas; são várias as notícias de municípios cindindo centros de educação infantil e limitando o atendimento em período integral. Mas as instituições nunca foram assim e as creches quase sempre atenderam crianças de 0 a 6 anos, ou mesmo as com mais idade –

excluídas da escola regular ou em período complementar a esta. De outra parte, sempre existiram pré-escolas apenas para crianças acima de 3 ou 4 anos.

Para Schumpeter, a inovação ocorre quando é introduzido um novo bem, um novo método, um novo campo (ou um novo mercado), uma nova matéria-prima ou quando surgem novos atores (Lacerda & Ferrarini, 2013). Segundo Bignetti (2011), o conceito de inovação passou a ser expandido para outras formas, tais como inovações tecnológicas, organizacionais e de mercado. Porém, autor ressalta que as discussões acadêmicas mais relevantes no Brasil observadas por ele acerca da inovação transitam no campo das organizações, e como estas procuram estar cada vez mais competitivas.

Chalmers (2012) completa afirmando que as inovações sociais são benéficas para a sociedade e melhoram sua capacidade de agir.

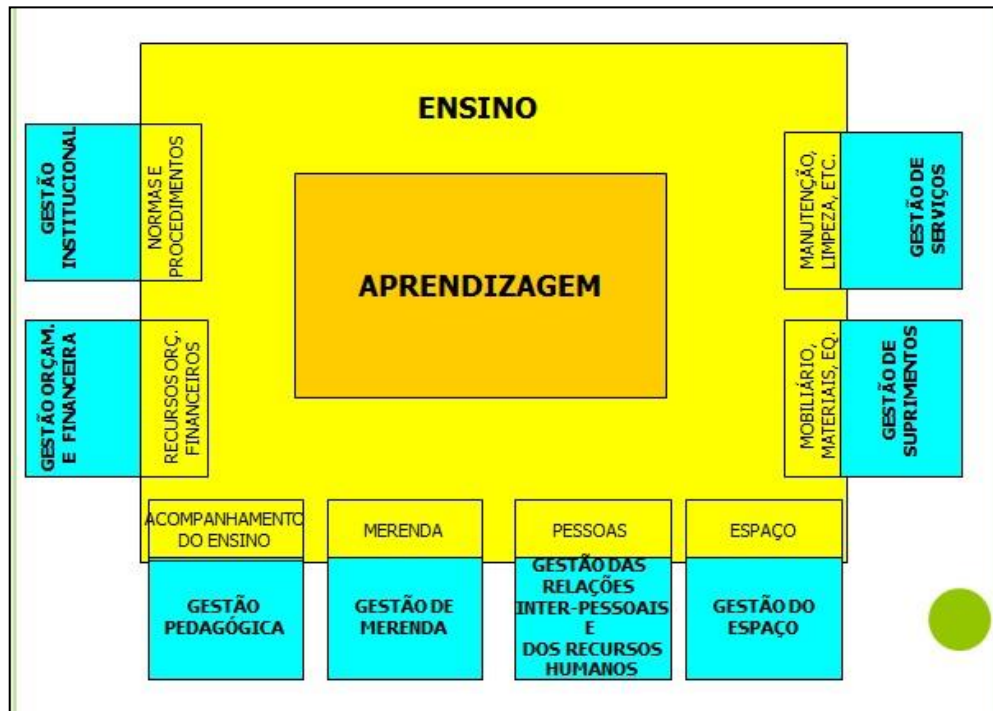
Taschner (2010) afirma que apenas recentemente as relações entre consumo, comunicação e vida em sociedade ganharam destaque na academia. A autora define consumo como um processo que envolve tanto o ato aquisitivo de bens e serviços, quanto sua posse e uso, bem como seu descarte, passando pelo seu significado entre possuidores e não possuidores.

Para Rocha (2002), o consumo é um sistema de significação e a principal necessidade social que ele supre é de natureza simbólica. Ele acrescenta que o consumo é como um código através do qual são traduzidas nossas relações sociais e elaboradas muitas das nossas experiências de subjetividade; este código, ao traduzir sentimentos e relações sociais, forma um sistema de classificação de coisas e pessoas, produtos e serviços, indivíduos e grupos; por fim, este código possui uma instância que o viabiliza, ao comunicá-lo à sociedade: a mídia, grande realizadora da dimensão pública deste código, que faz com que nos socializemos para o consumo de forma semelhante.

É importante ressaltar aqui, de acordo os argumentos dos autores acima, que a inovação é primordial no processo ensino-aprendizado da escola. Alguns aspectos, embora ainda não valorizado pelos gestores escolares, que são considerados como um sistema de significação e a principal necessidade social tem que deixar de ser considerada como de natureza puramente simbólica. E favoreça recursos potencializadores para que aja de fato a socialização do cidadão.

Para que o aluno aprenda, a escola executa o processo de ensino, que é a ação da instituição esta ação esta diretamente ligada ao ensino.. O processo de ensino necessita de uma série de recursos. Todo recurso requer um processo de gestão específico.

Quadro 2: Recursos da instituição escolar e sua corresponde gestão.



Fonte: <https://www.slideshare.net/lelipomp/a-importancia-do-planejamento>

Como se pode observar o quadro acima. Quadro que relaciona a divisão da Gestão Escolar com os recursos que uma instituição possui. Podemos observar e entender que para cada tipo de recursos se tem uma gestão específica para cuidar e fazer com que a instituição escolar funcione a contento e não deixe a desejar o desempenho das atividades pedagógicas, pois o processo do ensino-aprendizagem depende da boa gestão da escola. E para que todas estas gestões e recursos se deem a contento vai depender da economia da escola ou dos meios que favorecem sua economia.

Segundo Silva (2010) a partir de todas essas mudanças as escolas infantis tornaram-se espaços de grande importância para o desenvolvimento e aprendizagem. Estas que estão inseridas na Constituição de 1988, e que contempla o caráter educacional destas instituições, passando a educação infantil a ser direito da criança e dever do estado, cabendo a este manter e dar a educação infantil uma constante integração e valorização

com o cuidar, o educar e o brincar elementos fundamentais no processo de ensino e aprendizagem infantil.

Para Oliveira (2002) as escolas de educação infantil necessitam de uma organização pedagógica que vise às experiências infantis, as especificidades e diversidades, que valorize e invista em uma docência de qualidade e eficaz, o que requer estruturas curriculares abertas e flexíveis. Outro fator importante é a participação da família que também é importante nesse processo uma vez que a educação é uma continuidade da extensão família e escola

Para Silva (2010) cabe a educação essa transformação completa; é preciso a inserção da criança na sociedade sem ser deturpada, é papel de o educador ser um intermediador entre ela e o mundo. Deixa-se o método tradicional onde o professor é o transmissor do saber e o aluno mero receptor, ambos são construtores de saberes, um é mediador e o outro é participador dessa aprendizagem, é com os estímulos com as garatujas, com os “rabiscos” que se vão ampliando ensino, aprendizagem e desenvolvimento infantil.

É preciso deixar a criança ser ela mesma, em diferentes ambientes e contextos, pois a infância está na natureza infantil e não na análise da condição infantil, ela é muitas vezes compreendida a partir de um contexto histórico, é uma concepção que perpassa a história, “a ideia de infância como se pode concluir não existiu sempre da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista urbano-industrial” Silva 2010 - (Kramer, 1987, p. 3) e perpassa até as sociedades contemporâneas. Isto faz com que se mude o papel dela definitivamente na sociedade, onde precisa ser cuidada e preparada para a sociedade futura. Para tanto se faz necessário a sociedade passar por um grande processo de transformação.

Diante de todos estes significados que caracteriza a infância e a educação infantil nos deparamos com metodologias que nos faz compreende-la na sua completude, onde. “O sentimento de infância resulta, pois, numa dupla atitude com relação à criança, preservá-la da corrupção do meio, mantendo sua inocência, e fortalecê-la desenvolvendo seu caráter e sua razão” (Kramer, 1987, p. 2).

Estes significados possuem importâncias e relevâncias que nos faz compreender toda a construção da infância dentro da contemporaneidade, pois é preciso ter consciência

de que a mesma faz parte de todo um contexto histórico cultural a qual precisa ser preservada, garantindo-lhes o direito de brincar e de ser criança. E é com os quais nos deparamos hoje onde educação e a infância passam a ser amparadas pelas leis que Atualmente emerge uma nova concepção de criança como criadora, capaz de estabelecer múltiplas relações, sujeitos de direitos um ser sócio histórico, produtor de cultura e nela inserida (Brasil, 2006; p. 10).

4. ADMINISTRACAO E GESTAO ESCOLAR

4.1 Administração escolar: um olhar histórico

No Brasil, a administração escolar manifesta-se a partir das transformações nacionais e internacionais no campo econômico, político, social e cultural, sob a influência das teorias externas, conforme exporemos a seguir, e, também, a partir dos esforços de criação de soluções teorias e metodológicas nacionais (Sander, 2007).

Com a consolidação da Revolução Industrial (século XVIII-XIX), desenvolveu-se a administração da educação como um campo de estudo e de intervenção social visando à construção de instituições de ensino e formação de cidadãos. De acordo com Sander (2007) a administração da educação no Brasil nasceu e se desenvolveu no contexto da administração pública.

A administração da educação brasileira desenvolveu-se em três grandes períodos: o do Brasil Colônia (1500-1822), com seus enfoques jurídico, escolástico e positivista, do Brasil República (1889), com seus quatro modelos de gestão educacional, e o do Brasil contemporâneo, tentando construir seu caminho à luz da história política e cultural do país (Sander, 2007). No período colonial, utilizaram um enfoque jurídico vinculado à tradição do direito administrativo romano, com seu caráter normativo e pensamento dedutivo. Naquele período, a influência educacional mais importante foi a dos Padres da Companhia de Jesus, com o Cristianismo, especialmente o catolicismo a qual e desenvolveu o primeiro esboço de um sistema educacional brasileiro. A partir do século XIX, a filosofia positivista exerceu grande influência na educação aplicando seus princípios e métodos ao estudo dos fenômenos sociais e organizacionais (Sander, 2007).

Segundo Sander (2007), três autores brasileiros protagonizaram os estudos de administração pública nessa fase: Benedito Silva (1965), Wagner Estelita Campos (1964) e Beatriz de Souza Wahrlich (1958).

A pedagogia foi chamada a oferecer as soluções técnicas, de natureza educacional, para resolver problemas reais enfrentados pela administração no cotidiano das instituições e sistemas de ensino. O pragmatismo trouxe para o campo da gestão da educação as potencialidades das doutrinas norte-americanas de William James (1909) e John Dewey

(1916) para explicar o valor das orientações pedagógicas em termos de satisfação e utilidade prática (citado por Sander, 2007, p. 29).

A fase comportamental da administração educacional encontra-se nas ciências da conduta humana, nos estudos de psicologia e sociologia de orientação funcionalista. De acordo com Sander (2007, p. 38) “as duas disciplinas foram importantes na concepção e no desenvolvimento de novas práticas utilizadas na administração, como dinâmica em grupo, a análise transacional, o desenvolvimento organizacional, formação de líderes e teoria dos sistemas”. Na linha comportamental, destacam-se os trabalhos de Durkheim (1938-1965), Katz Kahn (1974), Parsons (1951), Getzels (1968), e outros (todos citados por Sander, 2007).

A fase desenvolvimentista tem seu enfoque no movimento internacional da economia da educação e suas áreas correlatas, como formação de recursos humanos para o desenvolvimento, às teorias do capital humano individual e social. Para Sander (2007, p. 44): “[...] os protagonistas da construção desenvolvimentista de administração concentram sua atenção nos requerimentos organizacionais e administrativos para atingir os objetivos do desenvolvimento nacional naqueles países onde sua consecução requeria grandes transformações econômicas e sociais”. A fase sociocultural busca responder às exigências e peculiaridades econômicas, políticas e culturais no Brasil. Na educação brasileira, o protagonista mais influente do pensamento crítico do século XX foi Paulo Freire (1921-1997), que apontou na teoria da pedagogia as relações de dominação e os ideais de libertação (Sander, 2007, p. 49).

A partir da década de 1960, originaram-se novos critérios para o desempenho administrativo. Ao lado da racionalidade administrativa e do pragmatismo instrumental, medidos segundo os critérios técnicos de eficiência e eficácia, a utilização das ciências sociais e da abordagem de sistema aberto deu origem aos conceitos de efetividade e relevância como critérios essencialmente políticos e culturais da administração (Sander, 2007).

Na década de 1990, podemos verificar um renovado movimento nacional e internacional pelo estudo da administração centrado no conceito de governabilidade, associado ao atual momento da globalização econômica e comercial. Então, aumentaram os esforços nacionais e internacionais em relação às reformas institucionais e administrativas em distintos setores da administração pública (Sander, 2007).

Nesse período nasceu a pedagogia corporativa, que defende os princípios e métodos da qualidade total na gestão escolar, em que os professores são prestadores de serviço, as empresas se transformam em clientes da escola, que recebem os alunos que passaram pelo processo de produção educacional.

[...] este conceito impõe decisões administrativas preocupadas em aumentar a produtividade e a eficiência econômica, incentivando a competitividade a qualquer custo, independentemente de seu significado e de sua validade ética e relevância cultural (Sander, 2007, p. 70).

De acordo com o autor, o campo educacional brasileiro continua sendo um campo de lutas e que seus diferentes atores tratam de impor suas opções políticas e suas categorias de percepção e interpretação. Principalmente, devido às pressões conjunturais das últimas décadas, as quais influenciam nos dias atuais.

Diante dos crescentes influxos neoliberais da globalização na economia e de toda atividade humana. O desafio começa pelo exame crítico das novas categorias analíticas e práticas de administração educacional e gestão escolar. Este, no entanto, é apenas o primeiro passo de um processo que só se completa com a construção de soluções político-pedagógicas capazes de atender às sempre novas necessidades e aspirações das instituições educacionais e da sociedade brasileira (Sander, 2007, p. 71).

4.2 Gestão escolar para uma escola inclusiva

No presente estudo a preocupação tem sido verificar como a economia, quer dizer, o investimento financeiro para investir nas necessidades da aplicação da proposta curricular da escola em estudo, que é na educação infantil inclusiva. Portanto, tem muito a ver com a gestão da direção da escola em ver como distribuir equitativamente os recursos econômicos disponíveis na instituição.

A seguir abordamos um referencial teórico para compreender melhor o tema e assim relacionar com o eixo principal da pesquisa.

4.2.1 Inclusão: conceito

Numa instituição inclusiva utilizar os recursos econômicos implica planejamento e envolvimento de todos os autores no processo.

Para entender melhor o papel do gestor no processo de inclusão, é importante primeiro entender o conceito da palavra, mesmo que existem muitas definições. Seguimos aqui o exposto por Tecendo Ideias (2009).

Primeiramente é importante lembrar que não se resume somente em colocar pessoas “ diferentes ” em um lugar que não costumavam estar, significa transpor a chamada deficiência dando lugar a possibilidades de superação. Inclusão é dar oportunidades diferentes, considerando sempre a igualdade de direitos.

Quando falamos em inclusão na escola, preconceituosamente pensamos em deficientes, mas temos que ter consciência que o mundo necessita de pessoas com valores éticos, morais, que só serão conquistados a partir do convívio com a diversidade. Nesse sentido é importante ter consciência do respaldo legal que envolve o trabalho no processo de inclusão. (Tecendo Ideias, 2009)

4.2.2 Os aspectos legais no processo de inclusão

Na Constituição Federal de 1988, podemos citar vários momentos que deixam claro a importância da inclusão: no art. 3º inciso IV, diz que deve haver promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem raça, sexo, idade e qualquer outra forma de discriminação; no art. 5º estabelece o direito à igualdade; no art. 205º o direito de todos à educação. (Brasil, 1998)

Mesmo com a legislação existente se identifica a presença de atitudes que caracterizam o profundo desrespeito com o direito da criança com necessidades especiais, e o gestor sendo o elo entre a escola e as mudanças, deve priorizar suas ações no respeito e na conscientização de todos do espaço escolar como o processo de inclusão.

Nesta perspectiva pode-se ressaltar ainda a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que acredita e proclama que: (apud Tecendo Ideias, 2009)

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos;

A LDB (Lei 9.394/96) estabelece o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais em classes comuns do ensino regular, bem como a capacitação dos docentes, para o atendimento a esta clientela. Cabe, no entanto, uma indagação: Será que as escolas estão realmente trabalhando em prol deste processo? Os gestores estão conscientes da necessidade de um atendimento para este segmento de nossa educação? O que está sendo oferecido aos educadores em termos de capacitação para suprir as necessidades? (Brasil, 1996. Apud Tecendo Ideias, 2009)

Estas indagações são difíceis de serem respondidas, pois na prática não é o que ocorre no dia-a-dia. Entretanto vale ressaltar que à toda regra existe exceções e por estar atuando como educador da classe especial na Prefeitura do Rio de Janeiro, constato que há compromisso de toda a equipe com os pressupostos legais procurando dar suporte aos professores que atuam com este segmento, físicos e pedagógicos.

Nesta tarefa é importante que o gestor esteja atento a todos os aspectos que viabilizarão este fazer, sendo uma conquista a longo prazo para a educação, mas vale

ressaltar que só através de uma atuação comprometida com a inclusão que realmente teremos uma gestão democrática.

4.2.3 O papel do gestor como articulador de mudanças: em busca de uma escola inclusiva

O gestor escolar é peça fundamental para o desenvolvimento de inovações pedagógicas, pois ele é capaz de garantir abertura de novos espaços a transformação do cotidiano escolar.

Para que suas ações tenham efeito satisfatório no processo de inclusão, a flexibilidade no seu trabalho é uma das condições indispensáveis, tendo em vista que deverá considerar a diversidade de opiniões. E ao buscar eficiência em seu trabalho deve atentar a influência da cultura de toda a comunidade escolar, mas não se utilizando apenas de argumentos, mas também aplicações concretas.

Sage (199, p. 238) realiza algumas considerações importantes ao refletir sobre o papel do gestor na constituição de uma escola inclusiva:

a maneira pela qual os diretores exercem as forças simbólicas e culturais através de suas atitudes e comportamento é particularmente importante quando se exemplificam as ações e as atitudes necessárias para a prevalência de um ambiente inclusivo nas escolas. Primeiramente, o comportamento do diretor é que estabelece o clima pelo qual se resolve que a escola é de todas as crianças.

Como vimos anteriormente, o gestor tem grande importância na escola sendo necessário que ele busque sua atuação baseada na diversidade. Em consequência da liderança que exerce, todos que compõem este ambiente estarão se espelhando em suas ações, neste sentido deve ser o primeiro a ter consciência da importância da escola inclusiva implementando práticas que favoreçam este princípio, dando a escola unidade, e não atribuir dois espaços: um de ensino regular e um de educação especial. Concebendo-o como um todo e não compartimentado. Neste cenário, a escola torna-se responsável por

todos educandos, e não apenas por alunos regulares ou os ditos “especiais”, integrando-os ao trabalho com especialistas e toda a equipe.

É importante ressaltar que o novo traz receios, e o gestor deve estar atento a este temor, encorajando todos os participantes do processo de inclusão à uma busca de novas práticas, apoiando o corpo docente para a aquisição de uma atitude inclusiva, respeitando sempre a individualidade cada um.

A administração da escola é importante como parte da verificação do investimento para financiar os diferentes aspectos da escola (ver Culligan, 1988; Gadotti et al., 2002; Libaneo, 2004; Lück, 2005).

MEC (2004, p. 23) nos chama a atenção quanto ao suporte necessário aos educadores e gestores em prol de uma escola inclusiva.

É importante que o procedimento de acesso ao sistema de suporte disponível seja regulamentado pela escola, para evitar que o professor tenha que buscar ajuda apenas por iniciativa própria. A busca por iniciativa própria sobrecarrega o professor e deixa sem suporte o professor que não tem essa iniciativa. No primeiro caso, se fortalece a cultura de que a busca de soluções para problemas no ensino não é responsabilidade da gestão da escola, enquanto que no segundo, penaliza o processo de aprendizagem e o alcance dos objetivos reais da educação.

Também a UNESCO, através da Declaração de Salamanca sinaliza:

Administradores locais e diretores de escolas podem ter um papel significativo quanto a fazer com que as escolas respondam mais às crianças com necessidades educacionais especiais desde de que a eles sejam fornecidos a devida autonomia e adequado treinamento para que possam fazê-lo. (...) Uma administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores e do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva e de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes.

Isto nos remete a uma educação de qualidade, implicando na forma que a gestão escolar é exercida, sendo mais coerente, deixando o espaço dos gabinetes, e buscando o profundo conhecimento do que realmente ocorre nas salas de aula participando ativamente.

A partir destes princípios não há diferença no trabalho cotidiano, o que é preciso é a agregação desses valores para toda a escola, ou seja, corpo administrativo, técnico , pedagógico e comunidade.

O início deste fazer é a mudança do pensamento de todos os atores sociais e acredito que a passos leves temos obtido mudanças significativas, a partir do redimensionar das práticas pedagógicas dos educadores.

5. NOVO RECURSO PARA A PRÁTICA DOCENTE COM O INVESTIMENTO DA ECONOMIA

Passando a relatar sobre os benefícios que a economia escolar favorece ao desempenho das atividades pedagógicas juntos aos professores. A economia entra diretamente nesta questão. A economia é a base do desenvolvimento da escola e todos os seus entes. Sem a economia, é difícil, que a escola possa oferecer a comunidade uma educação com qualidade assim como ela necessita.

Segundo Santaella (2010) a Cultura das Mídias, compreende o período do século XX e ocorre como consequência à expansão dos meios de comunicação de massa para demandas heterogêneas e mais personalizadas, que alcançam seu cume nos anos 80 com veículos de comunicação como CDs, TV a cabo, videogames, etc.

São processos comunicacionais da cultura das mídias, a exemplo, o zapping (uso do controle remoto dos aparelhos televisores para navegar entre os canais da TV), dentre outros a citar, que foram responsáveis por remover os telespectadores do papel inerte de receptores de mensagens impostas pela mídia e condicioná-los à busca da informação e entretenimento.

Para Carvalho, Ferreira & Pereira (2014), o avanço tecnologia, os brinquedos interativos ocupam cada vez mais o tempo das crianças, colocando o interesse pelos estudos em segundo plano. Além disso, a mídia tem despertado a atenção das crianças por meio de atrativos que estão além do simples fato de frequentarem uma escola.

Segundo Silva (2010) é preciso deixar a criança ser ela mesma, em diferentes ambientes e contextos, pois a infância está na natureza infantil e não na análise da condição infantil, ela é muitas vezes compreendida a partir de um contexto histórico, é uma concepção que perpassa a história, “a ideia de infância como se pode concluir não existiu sempre da mesma maneira”.

A economia juntamente com a globalização tem favorecido a entrada das mídias no século XX com uma potencialidade forte, presente em todos os âmbitos sociais e

humanos. As mídias é um dos recursos mais potentes que a economia tem oferecido para o desempenho das atividades pedagógicas na atualidade.

A cultura da convergência, entretanto não determina o fim da cultura das mídias, ou qualquer espécie de cultura anterior. As múltiplas formas de cultura convivem simultaneamente, combinam-se e recodificam-se, adicionando características umas das outras, entretanto, à qualidade de convergir e assimilar características de outras formas de cultura é exclusivo aos meios digitais de comunicação - comuns na cibercultura.

Para Andrade & Pinto (2014) é bastante comum se deparar nos discursos públicos com as expressões “inovação”, “produtos inovadores”, “serviços inovadores”, “política inovadora”, e assim por diante. Nesse contexto, é possível perceber uma expansão do conceito de inovação para campos como o da economia social.

[...] Propostas curriculares oficiais costumam compilar não apenas os conteúdos de informação que os alunos devem assimilar nas diferentes matérias do currículo, mas também as atitudes e os valores que se pretende comunicar-lhes ao abrigo do trabalho escola nas diferentes áreas curriculares (Zabalza, 2000; p.23).

Para Ramalho (2016) o sistema educativo tem vindo a evoluir para formas que o vão afastando de um verdadeiro projeto educacional, tendo como principal referência desse projeto, o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, passando a consignar os seus principais objetivos ao desenvolvimento dos sistemas produtivos, para os quais esses mesmos indivíduos devem ser formados e qualificados, mas não, necessariamente, educados. Neste sentido, o que parece estar a acontecer é que o tecido económico tenta cada vez mais monopolizar os currículos escolares e formativos devotados aos interesses organizacionais e menos aos interesses dos seus trabalhadores. Assiste-se a um género de adestramento industrial e economicista.

a) Alguns problemas deixados pela falta de apoio na educação infantil

Vejamos alguns problemas que se dão nos jovens advindos dos percalços da educação infantil:

- O desempenho educacional das crianças brasileiras é muito inadequado. Resultados da Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização, a Prova

ABC, avaliação do movimento Todos pela Educação divulgada em agosto de 2011, mostram que 57,2% dos estudantes do terceiro ano do ensino fundamental, o que corresponde à antiga segunda série, não conseguem resolver problemas básicos de matemática, como soma ou subtração. Resultados semelhantes são encontrados na avaliação dos estudantes brasileiros no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes da OECD, PISA.

- Dificuldades de linguagem são associadas às de processamento matemático e de lógica. Falhas na alfabetização dificultam a incorporação de conhecimentos importantes para o desenvolvimento profissional.
- Embora o número de alunos no ensino médio venha aumentando de forma significativa nos últimos vinte anos, menos de 60% dos jovens de uma coorte conseguem concluí-lo; esse número, porém, tem se estabilizado. Uma fração ainda menor ingressa no ensino superior.

Parte do problema deve-se tanto à falta de recursos e má utilização destes, quanto à ausência de uma política nacional eficaz de atração, seleção e retenção de melhores professores. Outra parte ao descompasso entre as políticas específicas de atenção às crianças (antes da escola e na alfabetização) e as recomendações que decorrem de evidência científica internacional.

De acordo com Araújo (2011) a neurobiologia, sabe-se que o desenvolvimento mais acentuado da estrutura cerebral (volume e maturação cerebral e, notadamente, sinaptogênese) ocorre nos primeiros anos de vida. Consequentemente, este é um período sensível para o desenvolvimento das habilidades envolvidas no processo de aprendizagem da linguagem. Eventual atraso na estimulação dessa habilidade poderia implicar perda do melhor momento para o desenvolvimento do reconhecimento da relação grafema-fonema, tão importante para a leitura, no futuro, de palavras desconhecidas. Este fato tem sido ignorado na formulação de políticas públicas de educação.

As competências adquiridas em uma etapa do ciclo de vida afetam a aprendizagem na próxima fase da vida. Como ressaltado nos recentes estudos sobre o desenvolvimento infantil (Phillips & McCartney, 2006), diferentes habilidades são formadas e moldadas em diferentes fases do ciclo da vida. A evidência empírica nos ensina que quando as oportunidades de formação dessas habilidades são perdidas, a reabilitação pode ser onerosa

e a plena reabilitação proibitivamente custosa. Estes resultados salientam a necessidade de que os cientistas sociais e os formuladores de políticas públicas tenham uma visão abrangente da formação de habilidades ao longo da vida.

6. MARCO METODOLÓGICO

6.1. O Problema e objetivos da pesquisa

Quanto a problemática do estudo, propôs-se indagar sobre a influência que tem o investimento financeiro escolar no desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e alunos do Centro Educacional CRIARTE na cidade de Campos de Goytacazes, Brasil.

O *problema da pesquisa* se deu neste contexto: diante as circunstancias econômica que passa o Brasil atualmente e relacionando as dificuldades econômicas em relação a Educação Básica. A economia tem sido um tema relevante de estudos em vários setores públicos e privado ligados a educação. Na educação a economia tem influenciado diretamente na qualidade de ensino-aprendizado em todos os níveis da Educação. Então surgiu a problematização da pesquisa: Como se dá o impacto da economia escolar no desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e alunos do Centro Educacional CRIARTE, na cidade de Campos de Goytacazes, Brasil?

As *perguntas específicas da pesquisa* ou interrogantes são: Diante da formulação da problematização da pesquisa surgiram alguns *Interrogantes ou Perguntas Específicas da pesquisa* são:

- 1) Quais as atividades curriculares incluídas nesse estudo;
- 2) Quais as dificuldades no cumprimento dessas atividades identificadas pelos professores para melhorar a aprendizagem dos alunos?;
- 3) Quais os meios que favorecem a aprendizagem dos alunos como mais recursos tecnológicos e bibliotecários?;
- 4) Qual o progresso feito pelos alunos a partir do investimento econômico da escola na realização dessas atividades para favorecer a aprendizagem dos alunos?

O *objetivo geral da pesquisa* é: Analisar o investimento da economia escolar no desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e pais dos alunos do Centro Educacional CRIARTE, na cidade de Campos de Goytacazes, Brasil.

Os *objetivos específicos da pesquisa* são:

- 1) Estimar o impacto da economia escolar favorecendo o desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e alunos;
- 2) Conferir os meios que favorecem a aprendizagem dos alunos através dessas atividades curriculares como recursos tecnológicos e bibliotecários.
- 3) Descrever o progresso feito pelos alunos a partir do investimento econômico da escola na realização dessas atividades para favorecer a aprendizagem dos alunos;
- 4) Constatar os benefícios que a economia escolar favorece para cumprir essas atividades curriculares.

Variável 1: **Economia:** Refere-se ao investimento financeiro que a escola faz para o desempenho das atividades curriculares dos professores, com acompanhamento dos pais dos alunos na educação infantil.

Variável 2: **Proposta curricular** da escola: Refere-se as atividades curriculares dos professores e como a economia atua como agente favorecedor para o melhor desempenho e, conseqüentemente, contribuir para o aprendizado dos alunos.

Variável 3: **Ensino aprendizagem:** O componente principal da proposta curricular que depende do investimento financeiro para melhorar a qualidade desse processo por parte dos professores e dos alunos.

Variável 4: **Desempenho das atividades curriculares.** A aplicação prática dos conteúdos curriculares dos professores em sala de aula.

6.2 Local da Investigação

Histórico da Cidade de Campos de Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil

É um município do interior do estado do Rio de Janeiro, no Brasil. De acordo como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, possui uma população de 466.186 habitantes, é a mais populosa cidade do interior do estado e o município com a maior extensão territorial do estado, ocupando uma área de 4 026,696 quilômetros quadrados. Localizam-se no município, importantes universidades públicas e privadas do estado do

Rio de Janeiro. Segundo o IBGE, Campos dos Goytacazes tinha em 2013, o sétimo maior PIB do Brasil, sendo a cidade não capital com o maior PIB nacional naquele ano.



Figura 1: Mapa com a localização da Cidade Campos de Goytacazes no Rio de Janeiro.
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Campos_dos_Goytacazes, Acessado em 16/06/2017.

Campos e sua região eram originalmente habitadas pelos índios goitacás. Após o fracasso da capitania de São Tomé, a grande baixada foi atacada pela tribo goitacá. Durante o século XVII, diversas tentativas de ocupação da planície foram feitas, entretanto, todos que entravam em confronto com os índios eram dizimados. Somente com a chegada dos jesuítas e beneditinos na região, e da pacificação junto aos índios, é que as terras passaram a ser conhecidas pelos colonizadores e senhores de engenhos. A colonização de origem portuguesa de fato só se iniciou a partir de 1627, quando o governador Martim Correia de Sá, em reconhecimento devido ao heroísmo nas lutas contras os índios, doou algumas porções de terra da capitania aos Sete Capitães, que, em 1633, construíram currais para o gado, próximos da Lagoa Feia e da ponta de São Tomé.



Figura 2: Visão aérea da Cidade de Goytacazes, Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1541264>. Acessado em 16/06/2017.

O município de Campos dos Goytacazes é um dos principais centros políticos do estado do Rio de Janeiro desde o período colonial, quando foi referência tanto econômica como política para o Brasil. A história de Campos é rica em importantes acontecimentos políticos. O município foi um dos primeiros do Brasil a embarcar voluntários para a guerra do Paraguai, em 28 de janeiro de 1865, pelo vapor Ceres. Foi à primeira cidade da América Latina a ter energia elétrica, em 24 de julho de 1883.

A instituição escolar

O Centro Educacional CRIARTE, iniciou suas atividades na rua Carlos Lacerda 341, Centro, em Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1998, onde permaneceu até março de 2007, sendo transferido nesta mesma data para sua sede própria localizada na rua do Visconde do Itaboraí, 178.

No Centro Educacional CRIARTE a educação infantil é oferecida em regime de creche: Berçário (03 meses a 1 ano), Maternal I (de 1 ano a 1 ano e 11 meses), Maternal II (2 anos), 1º período (3 anos); Pré-escolar: 2º Período (4 anos); 3º Período (5 anos), em horário integral ou parcial e ensino Fundamental (1º ano ao 5º ano), sempre com o foco na Educação Inclusiva.

A proposta pedagógica do Centro Educacional CRIARTE leva em conta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e Deliberação do MEC N° 01 de 24 de abril de 2008, esse propõe a desenvolver um trabalho baseado nas diferenças individuais e na consideração da peculiaridade das crianças na faixa etária, atendida pela Educação Infantil.

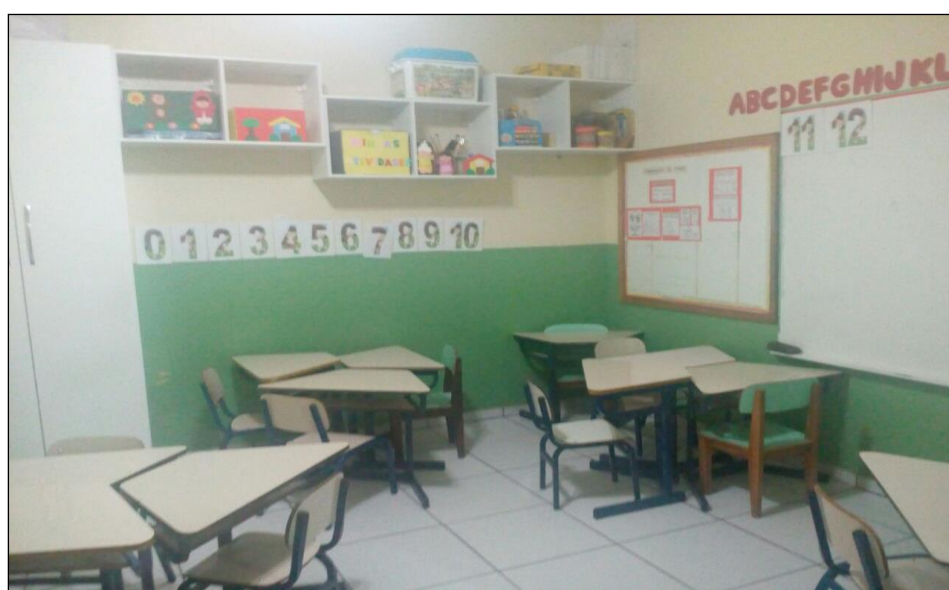


Figura 3: Sala de aula da Creche CRIARTE.
Fonte: elaboração própria.

O Centro Educacional CRIARTE procura desenvolver toda a sua prática comprometida com a formação da criança cidadã, adotando por linha filosófica manter a sua dinâmica pedagógica atualizada, integrada, criativa, crítica e direcionada para a educação integral das crianças.

Tabela 3: Nível de formação dos professores.

Nível de formação dos professores	
Quantidade de professores	Nível de formação dos professores
14	Normal Superior

Fonte: Elaboração própria.

A seguir temos uma tabela onde descreve a quantidade de alunos por períodos na Educação Infantil da Centro CRIARTE:

Tabela 4: Relação de alunos por períodos na Educação Infantil da creche CRIARTE.

Educação Infantil	
Períodos	Quantidade de alunos
Berçário	28
Maternal 1	24
Maternal 2	22
1 período	47
2 período	27
3 período	30
Total	178

Fonte: elaboração própria.

6.3 Tipo e enfoque da pesquisa

O presente estudo está baseado no modelo¹ da pesquisa é *não experimental*: a pesquisa de desenho não experimental se realiza sem manipular deliberadamente variáveis, ou seja, se trata de estudos onde não fazemos variar em forma intencional as variáveis independentes para ver seu efeito sobre outras variáveis. O que fazemos na pesquisa não experimental é observar fenômenos tal como se dão em seu contexto natural, para posteriormente analisá-los (Hernandez Sampieri, 2010).

Segundo Kerlinger (1979) a pesquisa não-experimental é em geral menos valorizada que a pesquisa experimental, pois sem o controle da variável independente dependerá não só da análise, mas do poder de argumentação do pesquisador. Além do que, a escolha de uma teoria já carrega um "olhar" único que será diferente de outra teoria, criando divergências.

O Tipo da pesquisa é *descritivo*, segundo (Maia, 2010) a pesquisa descritiva tem o seu alcance é descrever especificamente quando e onde as propriedades, características e razões do fenômeno (acima citado) ocorrem.

No desenvolvimento desta pesquisa foi utilizada a metodologia do tipo descritiva, pois segundo Sampieri et al. (2006, p. 101): “os estudos descritivos, medem, avaliam ou coletam dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado”.

Quanto a **pesquisa qualitativa**, para Rey (1998, p.42) “a investigação qualitativa substitui a resposta pela construção, a verificação pela elaboração e a neutralidade pela participação”. A realização de uma pesquisa desta natureza contribui para o desenvolvimento desta proposta no contexto escolar.

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa obtém seus dados mediante contato direto e interativo do pesquisador com situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e a partir daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre o indicador e o indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação. Em sua maioria, os estudos qualitativos são realizados no local de origem dos dados.

Segundo Richardson (1999), apud Lakatos e Marconi (2003), no lugar da confecção de várias medidas quantitativas de características, a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela tentativa de verificação detalhada dos vários significados e características de diversas situações evidenciadas pelos entrevistados.

A coleta de dados qualitativos, possibilita melhor interpretação e entendimento das opiniões e comportamentos dos entrevistados em relação a assuntos abordados na pesquisa, possibilitando a compreensão da realidade apresentada pelos participantes a respeito das demais questões levantadas.

Com isso, ratifica-se a importância da abordagem qualitativa, nesta pesquisa. Com a abordagem qualitativa há uma tentativa de compreensão de depoimentos ofertados, sendo verificado a necessidade dos ajustes necessários, possibilitando assim um alcance de resultados, os quais serão cada vez mais esclarecedores no momento de seguir algumas das sugestões da pesquisa.

6.4 População e Amostra

A população é a totalidade de elementos sob o estudo que apresentam uma ou mais características em comum; a amostra é uma parte da população, que tem o objetivo de tirar conclusões para a população de onde foi retirada. Dentro de uma perspectiva científica, população pode ser considerada como a totalidade de pessoas, da qual se podem recolher dados no sentido de descrevê-los à luz de técnicas e procedimentos específicos. De acordo as autoras Marconi e Lakatos (2007) a população “é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum [...]” (p. 41).

Para o presente estudo, a população foi composta por 14 (quatorze) professores que fazem parte do quadro funcional da Creche CRIARTE, e 178 pais de alunos da creche que colaboraram com a pesquisa. Observamos a tabela a seguir referente a população e amostra da pesquisa.

Tabela 5: População e amostra da pesquisa.

População e amostra		
Sujeitos	População	Amostra
Professores	14	14 (8 compareceram)
Pais de alunos	178	122 (107)

Fonte: elaboração própria.

No caso dos professores, somente 8 compareceram para aplicação do questionário. Inicialmente estavam todos incluídos, mas na hora da aplicação do instrumento estavam disponíveis somente essa quantidade. Portanto, não teve amostra, só que devido a essa contingência, nem todos os 14 participaram. Não foi feito uma seleção dos 14; portanto não tem amostra.

São 178 pais, porque também são 178 alunos. Todos os pais foram parte da população participante do estudo, que neste caso são informantes. Pois, a **unidade de análise** é a **economia** da escola e o impacto que tem no desempenho dos professores.

No caso dos pais a amostra foi calculada através duma fórmula.

$$\frac{N \cdot p \cdot q \cdot z^2}{p \cdot q \cdot z^2 + (N-1) \cdot e^2}$$

Onde:

n = tamanho da amostra

N = tamanho da população (178 pais)

p = probabilidade de sucesso (50% = 0,5)

q = probabilidade de insucesso (50% = 0,5)

z = nível de confiança (95% = 1,96)

e = erro estatístico (5% = 0,05)

Daí se obtém:

$$n = 178 \times 0,5 \times 0,5 \times 1,96^2 / [0,5 \times 0,5 \times 1,96^2 + (178-1) \times 0,05^2]$$

$$n = 178 \times 0,25 \times 3,84 / [0,25 \times 3,84 + (177) \times 0,0025]$$

$$n = 178 \times 0,96 / [0,96 + 0,44]$$

$$n = 170,88 / 1,4$$

$$n = 122$$

122 (n) representa 68% de 178 (N).

Foram então inicialmente identificados 122 pais para participar na *creche*² e responder ao instrumento de pesquisa. Desses 122, 107 participam na creche, os que foram que responderam o instrumento de pesquisa, pois estavam presentes na atividade realizada.

6.5 Técnicas de coleta de dados

No presente estudo, com enfoque misto, por que um questionário e entrevista aos professores? O questionário é normalmente elaborado pela pesquisadora, que em alguma medida direciona as respostas dos professores, onde eles somente têm que marcar a resposta que melhor responde a sua percepção. Na entrevista, porém, se pretende que eles expoam e articulem o que pensam sobre o item perguntado. Ai expressa e explicita a sua opinião, e COMPLEMENTA a informação quantitativa. Não é duplicação nenhuma, pelo contrário, os diferentes autores mencionados acima defendem a ideia de triangular os dados provenientes de diferentes instrumentos. Os dados quantitativos não são suficientes para ter uma pintura completa da realidade em estudo.

Nesse marco, a entrevista foi feita para coletar dados dos terceiro e quarto objetivos específicos, que servem para complementar o que foi colhido no questionário.

² Guardería infantil.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram o questionário fechado e a entrevista aberta, em formato escrito.

1- Questionário fechado para os professores contando de 10 (dez) perguntas abertas onde visa analisar o impacto da economia escolar no desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e pais dos alunos do centro educacional CRIARTE, na cidade de Campos de Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.

2- Questionário fechado para os pais de alunos constando de 9 (nove) perguntas fechadas, o mesmo está baseado com o objeto de *identificar os principais benefícios que a economia escolar favorece ao desempenho das atividades curriculares junto aos professores; e enumerar sugestões de uso da economia para ampliar o desenvolvimento das potencialidades dos professores na elaboração de suas atividades curriculares*. Os resultados dos questionários fechados serão dados por meios de gráficos que por sua vez serão dados por meio do programa Microsoft Excel 2010 e analisados posteriormente pela pesquisadora;

3- Entrevista estruturada aplica para os professores, a mesma com o objetivo de *indicar meios que favoreçam o melhor desempenho das atividades curriculares dos professores contribuindo ao aprendizado dos alunos; e enumerar sugestões de uso da economia para ampliar o desenvolvimento das potencialidades dos professores na elaboração de suas atividades curriculares*. Os resultados da entrevista estruturada serão expostos de forma narrativa baseados em categorias básicas, derivadas dos eixos temáticos das perguntas.

Segundo Marconi e Lakatos (1996, p. 88) o questionário é visto como “ um instrumento de coletas de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença de entrevistados.

O questionário é um procedimento técnico que segundo González, Fernandez e Barros (2013) deve seguir critérios específicos para transmitir qualidade e confiabilidade.

Em relação a *entrevista estruturada*, Sampieri et al. (2010) afirmam que o entrevistador realiza seu trabalho como base num guia de perguntas específicas e se sujeita exclusivamente a esta (o instrumento prescreve que questões se perguntarão e em que ordem), isso se dá para maior controle da entrevista em um grupo de discursão.

Conforme Gil (1999, p. 120), a entrevista:

[...] permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas sem se desviar do tema original, com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas. [...] utilizada para grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica, conferindo ao entrevistado ampla liberdade para expressar-se sobre o assunto.

No caso de entrevista escrita com perguntas abertas, o entrevistado é livre de escrever a sua opinião, percepção, posição e visão sobre o tema em questão. Essa parte da pesquisa, portanto, é qualitativa porque surge do interior da pessoa, subjetivamente, e dá mais valor a pesquisa porque adiciona aos dados quantitativos a perspectiva pessoal sobre o assunto em pesquisa.

Portanto, esses instrumentos têm como objetivo fazer a caracterização do fenômeno pesquisado, descrevendo as opiniões dos entrevistados sobre o tema específico abordado que no caso é: Analisar o impacto da economia escolar no desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e pais dos alunos do centro educacional CRIARTE, na cidade de Campos de Goytacazes, Brasil.

Os instrumentos foram validados por professores doutores da Universidad Autónoma de Asunción- UAA e de Universidade Brasileiras, que são professores do Curso de Pós-Graduação nas modalidades Mestrado e Doutorado em Ciências da Educação.

Procedimentos para Coletas de Dados

Os instrumentos para a coleta de dados foram aplicados entre os dias 16/08/ 2017 a 25/08/ 2017 foi aplicado o questionário fechado direcionado aos professores durante o período de intervalo dos professores que é de 30 minutos. Nos dois turnos manhã e tarde. Os professores colaboraram de forma assertiva e foram atenciosos e colaborativos, embora somente 8 ficaram disponíveis para tal tarefa. Foi considerado que todos os 14 participassem, mas somente 8 conseguiram. Era importante a participação de todos para se buscar melhorias futuras para a sua prática no Centro CRIARTE.

O questionário fechado aplicado aos pais de alunos durou 3 semanas entre o dia 01/08/2017 a 21/08/2017 durante todo o dia pois a escola funciona em 2 turnos. Nos dias determinados da semana compreendendo segunda, quarta e sexta-feira ficava na escola no período da manhã das 7:00 às 12:30h, esperando os pais dos alunos e aplicando o questionário a eles. A maioria preenchia o questionário quando solicitado. Entretanto alguns estavam com pressa e alegavam que iriam preencher quando voltassem para buscar seus filhos. Nos dias de terça e quinta-feira permanecia na escola no período da tarde das 13:00 as 17:00 horas e convidava os pais a participarem da pesquisa. A maioria dos pais se mostrou solícitos e prestativos. Alguns indagaram a finalidade do questionário e foram respondidos. Alguns pais se mostraram interessados no resultado da pesquisa. A aceitação foi muito boa, o que propiciou terminar a pesquisa dentro do prazo estabelecido pela pesquisadora.

6.6 Técnicas de análise de dados

Os dados foram organizados conforme os objetivos específicos, em forma sequencial, tendo em conta cada instrumento. No caso, os questionários foram elaborados e organizados em tabelas com a frequência e correspondente porcentagem para visualizar melhor os resultados.

No caso dos dados qualitativos, os mesmos foram organizados por item de perguntas como subtítulos e as citações dos respondentes. O propósito é para visualizar melhor o pensamento, opinião e percepção dos entrevistados colocados em forma escrita.

7. ANALISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Aqui vamos analisar e interpretar os resultados obtidos pelos instrumentos da pesquisa que foram elaborados com a finalidade de responder aos objetivos específicos da pesquisa e dar resultados plausíveis que respondam o objetivo geral da pesquisa que é: *Analisar o investimento da economia escolar no desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e pais dos alunos do Centro Educacional CRIARTE, na cidade de Campos de Goytacazes, Brasil.*

7.1 Análises dos resultados do questionário aplicado aos professores

Para compreender e valorizar este estudo, primeiro o leitor deve ler cuidadosamente o que aconteceu nos dias da coleta de dados. Pois, esses 8 são os que participaram, o resto não compareceu ou não se disponibilizou para pesquisa.

Analisando o questionário que foi aplicado aos professores, questionário este que busca responder os seguintes *objetivos específicos da pesquisa*: objetivo 1: Demonstrar o impacto da economia escolar favorecendo o desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e alunos; Objetivo 2: Identificar os principais benefícios que a economia escolar favorece ao desempenho das atividades curriculares junto aos professores.

Tabela 6: Se acha que a economia da escola influencia no desempenho das atividades curriculares da escola

Escala de opções	Resposta No.	Resposta %
Influencia muito	8	100
Influencia	0	0
Influencia pouco	0	0
Não influencia	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Analisando os resultados da tabela 6 temos o resultado: *100% dos professores responderam que a economia da escola influencia muito no desempenho das atividades curriculares da escola.* Como se pode observar a resposta dada pelos professores pode-se comprovar que a economia da escola é importante para o desempenho das atividades curriculares do Centro Educacional CRIARTE.

Tabela 7: A economia escolar está sendo disponibilizada para recursos para os professores melhor desenvolverem suas atividades pedagógicas com as crianças?

Escala de opções	Resposta No.	Respostas %
Disponibilizada muito	0	0
Disponibilizada	8	100
Disponibilizada pouco	0	0
Nao disponibiliza	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Passando a analisar a tabela 7 e, levando em consideração o resultado por ele obtido temos que: *100% dos professores responderam que a economia escolar está sendo disponibilizada para os professores melhor desenvolver suas atividades pedagógicas com as crianças.* Segundo a resposta dos professores entrevistados 100% dos mesmos foram unânimes em suas respostas. É muito importante que a escola disponha da sua economia para investir em recursos que favoreçam suas atividades.

Tabela 8: A economia da escola é suficiente para que dar suporte a administração da escolar comprar recursos pedagógicos para uso dos professores em sala de aula?

Escala de opções	Resposta No.	Resposta %
Muito suficiente	0	0
Suficiente	8	100
Pouco suficiente	0	0
Não é suficiente	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Analisando a tabela 8 podemos observar o resultado: *100% dos professores responderam que a economia da escola é suficiente para que dar suporte a administração da escolar comprar recursos pedagógicos para uso dos professores em sala de aula.* Sendo que todos os professores confirmaram que a economia da escola é suficiente para o suporte administrativo da mesma, podemos concluir que a direção da escola está administrando bem as economias da escola.

Tabela 9: A economia da escola está contemplando favoravelmente para as necessidades pedagógica que os professores apresentam a coordenação da escola?

Escala de opções	Resposta No.	Resposta %
Está contemplado	3	40
Está contemplado muito	5	60
Contemplando pouco	0	0
Não está contemplado	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Passando a analisar a tabela 9 temos os seguintes resultados: *60% dos professores responderam que economia da escola está contemplando muito necessidades pedagógica que os professores apresentam a coordenação da escola e, 40% dos professores responderam que está contemplando favoravelmente para as necessidades pedagógica que os professores apresentam a coordenação da escola.* Como pode-se observar levando em consideração a resposta dos professores mais de 50% afirmam que a economia da escola contempla muito as necessidades pedagógicas dos professores. Mas um ponto positivo da economia relacionada ao desempenho das atividades dos professores.

Tabela 10: Os professores são contemplados pela economia da escola?

Escala de opções	Resposta No.	Resposta %
Está contemplado	8	100
Está contemplado muito	0	0
Contemplando pouco	0	0
Não está contemplado	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Passando a analisar o resultado da tabela 10 se tem: *100% dos professores responderam que a eles são contemplados pela economia da escola.* Como pode-se ver a importância da economia da escola está voltada também para os professores em forma de formação, capacitação e apoio na compra de materiais didáticos a economia do Centro CRIARTE tem contemplado os professores de diversas formas.

Tabela 11: A economia escolar pode influencia no desempenho das atividades que os professores propõem em seus planejamentos?

Escala de opções	Resposta No.	Resposta %
Influencia muito	0	0
Influencia	8	100
Influencia pouco	0	0
Não influencia	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Passando a analisar a tabela 11 se pode observar o resultado: *100% dos professores responderam que a economia escolar pode influencia no desempenho das atividades que os professores propõem em seus planejamentos.* A resposta dos professores foi unanime. Todos os professores tiveram a mesma posição diante da questão levantada. Embora,

pouco se atentam para a questão da economia na hora de planejar suas atividades, pois no primeiro momento nenhum dos professores se preocupa como a economia, quanto irão precisar financeiramente para desenvolver tais atividades que se trabalhará em sala de aula, sabe-se que o primeiro aspecto que se pensa ao se planejar as atividades é na boa exposição do conteúdo direcionando ao desempenho do aprendizado.

Tabela 12: A economia escolar pode influenciar no ensino-aprendizado dos das crianças?

Escala de opções	Resposta No.	Resposta %
Influencia muito	3	40
Influencia	5	60
Influencia pouco	0	0
Não influencia	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Analisando a tabela 12 têm-se os seguintes resultados: *60% dos professores responderam que a economia escolar influencia no ensino-aprendizado das crianças e 40% dos professores responderam que a economia escolar influencia muito no ensino-aprendizado das crianças.* Como se pode comprovar com a resposta da maioria dos professores que confirmam que a economia escolar influencia no ensino-aprendizado das crianças.

Tabela 13: A economia escolar tem sido usada para preparar as salas de aulas adequando o ambiente das salas para a boa recepção das crianças?

Escala de opções	Resposta No.	Resposta %
Usada muito	0	0
Tem sido usada	8	100
Usada pouco	0	0
Não tem sido usada	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Passando a analisar a tabela 13 tem-se: *100% dos professores responderam que a economia escolar é usada muito para preparar as salas de aulas adequando o ambiente das salas para a boa recepção das crianças.* Uma sala de aula de educação infantil tem suas especialidades e diferenças em relação as salas de aulas de ensino fundamental, então levando em consideração este quesito é de fundamental importância na educação infantil à preparação das salas de aulas com decorações painéis e outros tipos de adereços adequados à receptividade dos alunos.

Tabela 14: Os recursos didáticos usados pelos professores são comprados com a economia que a escola arrecada?

Escala de opções	Resposta No.	Resposta %
São compradas	8	100
Comprados poucos	0	0
Não tem sido compradas	0	0
Nenhuma das respostas	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Analisando a tabela 14 tem-se o seguinte resultado: *100% dos professores responderam que os recursos didáticos usados pelos professores são comprados com a economia que a escola arrecada.* Como se pode ver é muito importante considerar também a economia da escola neste ponto, em saber que a economia da escola é usada para a manutenção da escola nos mais diversos sentidos se preocupando sempre com o desempenho das atividades educativas.

Tabela 15: A economia escolar é suficiente para manter a brinquedoteca da escola?

Escala de opções	Resposta No.	Resposta %
Muito suficiente	4	50
Suficiente	4	50

Pouco suficiente	0	0
Não é suficiente	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Analisando os resultados a tabela 15 se pode observar que: *50% dos professores responderam que a economia escolar é muito suficiente para manter a brinquedoteca da escola e, 50% a economia escolar é suficiente para manter a brinquedoteca da escola.* Sendo que todos os professores afirmam que a economia da escola é suficiente para manter a brinquedoteca da escola, se ver que as necessidades de suprimentos de brinquedos e jogos para a brinquedoteca estão sendo favorecidos a contento, sendo assim que a escola tenha uma boa quantidade de brinquedos educativos para o desenvolvimento cognitivo das crianças.

7.2 Análise dos resultados do questionário aplicado aos pais dos alunos

Passando a analisar o questionário que foi aplicado aos PAIS dos alunos, questionário este que busca responder os seguintes *objetivos específicos da pesquisa*: Objetivo 2: *Identificar os principais benefícios que a economia escolar favorece ao desempenho das atividades curriculares junto aos professores*; Objetivo 4: *Enumerar sugestões de uso da economia para ampliar o desenvolvimento das potencialidades dos professores na elaboração de suas atividades curriculares.*

Tabela 16: O senhor (a) participa das reuniões de pais e mestres da escola?

Escala de opções	Resposta	Resposta %
Participou muito	84	79
Participou as vezes	15	14

Participou pouco	8	7
Não participou	0	0
TOTAL	107	100

Fonte: Elaboração própria.

Analisando a tabela 16 pode-se ver os seguintes resultados: 79% dos pais entrevistados responderam que participam muito das reuniões de pais e mestres da escola, 14% responderam que participam às vezes e, 7% dos pais responderam que participam pouco. Como se pode comprovar a maioria dos pais dos alunos do Centro CRIARTE participam das reuniões de pais e mestres da escola.

Tabela 17: O senhor (a) tem conhecimento do devido uso da economia da escola para aplicação no desempenho do ensino-aprendizado das crianças?

Escala de opções	Resposta	Resposta %
Conheço muito	25	23
Participou as vezes	60	56
Conheço pouco	15	14
Não conheço	7	7
TOTAL	107	100

Fonte: Elaboração própria.

Passando a analisar a tabela 17 pode-se observar os resultados seguintes: 56% dos pais responderam que conhecem pouco o devido uso da economia da escola para aplicação no desempenho do ensino-aprendizado das crianças, 23% dos pais responderam que conhecem muito, 14% responderam que não conhecem nada e, somente 7% responderam nenhuma das respostas. Como se pode observar a maioria dos pais dos

alunos responderam que tem pouco conhecimento do devido uso da economia da escola para aplicação no desempenho do ensino-aprendizado das crianças.

Tabela 18: O senhor (a) participa da elaboração do planejamento pedagógico da escola?

Escala de opções	Resposta	Resposta %
Participou muito	25	23
Participou as vezes	60	56
Participou pouco	15	14
Não participou	7	7
TOTAL	107	100

Fonte: Elaboração própria.

Analisando os resultados expostos pela tabela 18 se pode observar que: 56% dos pais dos alunos responderam que participam pouco participa da elaboração do planejamento pedagógico da escola, 23% dos pais responderam que participam muito da elaboração do planejamento pedagógico da escola, 14% dos pais responderam que não participam e, 7% dos pais responderam nenhuma das respostas. Levando em consideração os resultados tem-se que a maioria dos pais dos alunos participam pouco da elaboração do planejamento da escola, ou seja, a participação da família na formulação do PPP da escola é pouco e necessita de mais participação dos pais.

Tabela 19: O senhor (a) tem conhecimento das atividades desenvolvidas para o aprendizado de seus filhos na escola?

Escala de opções	Resposta	Resposta %
Tenho muito conhecimento	85	79

Tenho pouco conhecimento	22	21
Não tenho conhecimento	9	0
Nenhuma das respostas	0	0
TOTAL	107	100

Fonte: Elaboração própria.

Passando a analisar a tabela 19 se pode observar que: *79% dos pais responderam que têm muito conhecimento das atividades desenvolvidas para o aprendizado de seus filhos na escola e, somente 21% dos pais responderam que tem pouco conhecimento.* Como se pode ver os resultados e levando em consideração o mesmo, pode-se entender que a maioria dos pais têm muito conhecimentos das atividades desenvolvidas para o bom aprendizado de seus filhos.

Tabela 20: Tem acompanhado o desempenho do aprendizado de seu filho (a) na escola?

Escala de opções	Resposta	Resposta %
Tenho acompanhado	107	100
Tenho acompanhado as vezes	0	0
Tenho acompanhado pouco	9	0
Não tenho acompanhado	0	0
TOTAL	107	100

Fonte: Elaboração própria.

Analisando a tabela 20 se pode observar os resultados: *100% dos pais responderam que têm acompanhado o desempenho do aprendizado de seu filho (a) na escola.* Considerando a resposta em questão se pode ver que todos os pais dos alunos que participaram da pesquisa acompanham o desempenho do aprendizado de seus filhos,, isso é

muito importante tanto para o desenvolvimentos do aprendizado das crianças como também para o trabalho dos professores.

Tabela 21: No seu ver, a escola usa bem a economia para melhorar as atividades dos alunos?

Escala de opções	Resposta	Resposta %
Usa muito bem	92	86
Usa não muito bem	0	0
Usa razoavelmente bem	15	14
Não usa nada bem	0	0
TOTAL	107	100

Fonte: Elaboração própria.

Passando a analisar a tabela 21 se pode observar os resultados: *86% dos pais responderam que a escola usa muito bem a economia para melhorar as atividades dos alunos e, somente 14% dos pais responderam que usa razoavelmente bem.* Considerando as respostas dadas pelos pais dos alunos se pode considerar que a maioria dos pais acham que a escola usa muito bem a economia para melhorar as atividades pedagógicas dos alunos.

Tabela 22: A escola tem oferecido feira-culturais por sua conta a seus filhos?

Escala de opções	Resposta	Resposta %
Tem oferecido muito	30	28
Tem oferecido	65	61
Tem oferecido pouco	15	14
Não tem oferecido	7	7
TOTAL	107	100

Fonte: Elaboração própria.

Analisando os resultados a tabela 22 temos que: 61% dos entrevistados responderam que a escola tem oferecido muito feira-culturais, 28% responderam que a escola tem oferecido e, 14% responderam que a escola tem oferecido pouco e somente 7% dos entrevistados responderam que a escola não tem oferecido feiras-culturais.

Tabela 23: A escola tem promovido passeios culturais para as crianças como atividades pedagógicas?

Escala de opções	Resposta	Resposta %
Tem promovido muito	39	36
Tem promovido as vezes	53	50
Tem promovido pouco	10	9
Não tem promovido	5	5
TOTAL	107	100

Fonte: Elaboração própria.

Analisando os resultados a tabela 23 pode-se observar o seguinte: *50% dos pais responderam que a escola tem promovido às vezes passeios culturais para as crianças como atividades pedagógicas, 36% dos pais responderam que têm promovido muito, 9% dos pais responderam que têm promovido pouco e, somente 5% responderam que não tem promovido.* Como se pode observar a maioria dos pais confirmam que a escola em promovido passeios culturais para as crianças. Isso é muito importante aulas temáticas fora da escola são excelentes para o melhor aprendizado das crianças.

Tabela 24: Os valores cobrados nas mensalidades pela escola são suficientes para manter todas as atividades pedagógicas?

Escala de opções	Resposta	Resposta %
Muito suficiente	82	76
Pouco suficiente	5	5
Não são suficiente	0	0

Nenhuma das respostas	20	19
TOTAL	107	100

Fonte: Elaboração própria.

Passando a analisar a tabela 24 temos os seguintes resultados: *76% dos pais responderam que os valores cobrados nas mensalidades pela escola são muito suficientes para manter todas as atividades pedagógicas, 19% dos pais responderam nenhuma das respostas e 5% dos pais responderam que são pouco suficientes.* Considerando a resposta dada pela maioria dos pais que é muito suficiente, pode levar em consideração que os valores cobrados pela escola são adequados para manter as atividades pedagógicas.

7.3 Análises dos resultados da entrevista estruturada aplicada aos professores

A entrevista estruturada aplicada aos **professores** foi direcionada para responder aos **objetivos específicos 3 e 4**: Objetivo 3: indicar meios que favoreçam o melhor desempenho das atividades curriculares dos professores contribuindo ao aprendizado dos alunos; Objetivo 4: enumerar sugestões de uso da economia para ampliar o desenvolvimento das potencialidades dos professores na elaboração de suas atividades curriculares.

7.3.1 Os recursos didáticos que favorecem o melhor desempenho das atividades dos professores em sala de aula

- Tudo que se encontra no ambiente onde ocorre o processo ensino aprendizagem desde que utilizado de forma adequada. A utilização de sons, imagens e fotos facilita o entendimento (P1)³
- Sala de informática, data show, biblioteca, retroprojektor, lupa dentre outras. (P2)
- Material didático, recursos mediáticos e didática. (P3)

³ P = Professor

- Utilizamos livros didáticos como apoio, mas nos apoiamos nos recursos lúdicos para melhor desenvolver as habilidades dos alunos. (P4)
- O livro, a pintura, o desenho livre ou direcionado, o tablet, os jogos educativos, o computador (vídeos e jogos educativos) e os DVDs as pesquisas em jornais e revistas etc. (P5)

Passando a analisar as respostas dos professores sobre os recursos didáticos que favorecem o melhor desempenho das atividades em sala de aula: os professores respondem que tudo que se encontrar no ambiente onde ocorre o processo ensino-aprendizado desde que sejam utilizados de forma adequada. A utilização de sons, imagens e fotos facilitam o entendimento das crianças. O livro, a pintura. O desenho livre ou direcionado, o tablet, os jogos educativos, o computador (vídeos e jogos educativos) e os DVDs as pesquisas em jornais e revistas. Como se pode notar entre as respostas dos professores é importante salientar que todos tiveram resposta muito parecidas, ou seja, eles estão trabalhando com os mesmos recursos embora trabalhem com turmas diferentes.

7.3.2 Por grau de importância, os 4 recursos didáticos que mais ajudam você na sua prática pedagógica em sala de aula

- Livro computador-vídeos educativos, tablet-jogos (virtuais) educativos e histórias. (P1)
- Jogos, livros, música e teatro. (P2)
- Material lúdico, recursos midiológicos material didático e didática. (P3)
- Computador, data show biblioteca e informática (P4)
- Jogos, DVD, computador e artes. (P5)

Passando a analisar as respostas da pergunta 2 pode-se comprovar que: *para os professores segundo o grau de importância dos recursos didáticos que lhes ajudam na sua prática em aula são: o livro didático, computador com vídeo educativos, a biblioteca e recursos midiológicos.* É importante ressaltar que os professores têm a liberdade de escolher o material didático que dará suporte as suas atividades pedagógicas e, estes recursos apresentados na resposta da pergunta 2 foram os que eles consideraram mais importante e que usam nas suas aulas.

7.3.3 Os recursos didáticos auxiliares que ve que as crianças aprendem mais quando os usa

- Vídeos, livros. (P1)
- Imagens e sons. (P2)
- Os jogos são sempre um auxilio e com resultados satisfatórios. (P3)
- Computador DVDs e jogos educativos. (P4)
- Materiais concretos, jogos, brinquedos e livros. (P5)

Passando a analisar as respostas dadas pelos professores, correspondente, a pergunta 3 tem-se: *os recursos didáticos que os professores veem que as crianças aprendem mais quando usados são vídeos, imagens e sons, os jogos educativos e brinquedos. A escolha do material didático sempre foi um dos pontos primordiais para o bom desempenho das atividades dos professores em sala de aula. O desempenho dos aprendizados dos alunos depende tanto da qualidade do material didático usado como das metodologias que os professores usam para que este material realmente tem efeitos positivos ao serem aplicados.*

7.3.4 Se sempre usa dinâmicas nas suas aulas para prender a atenção das crianças alunos em sala de aula e por que

- Sim, pois, o mundo infantil contém vários fatores importantes para as crianças “o brincar”, então é necessário usar as ferramentas de sua experiência para despertar o interesse dos pequenos. (P1)
- Sim além de prender a atenção dos alunos os mesmos adquirem o conhecimento com mais facilidade levando em conta a pratica do Criarte que é o aprender brincando e que é essencial para o processo de ensino-aprendizagem. (P2)
- Sim, a dinâmica visa em aproximar os participantes estimular o relacionamento interpessoal, a troca de ideias a criatividade. (P3)

- Sim as dinâmicas deixam as aulas mais prazerosas, pois possibilita que os alunos saiam da rotina por um momento e aprendam de uma forma mais divertida mais concreta. (P4)
- Utiliza dinâmica antes de todos os conteúdos novos, trabalhando os conhecimentos prévios e desenvolvendo novos. (P5)

Analisando os resultados da pergunta 4 da entrevista se tem que está relacionada ao uso de dinâmicas nas aulas da educação infantil: os professores respondem que sim, *usam as dinâmicas pois o mundo infantil contém vários fatores importantes para as crianças “o brincar”, então é necessário usar as ferramentas de sua experiência para despertar o interesse dos pequenos e, além de prender a atenção dos alunos os mesmos adquirem o conhecimento com mais facilidade levando em conta a prática do CRIARTE que é o aprender brincando e que é essencial para o processo de ensino-aprendizagem.*

7.3.5 Exemplos de dinâmicas que usa com as crianças

- Músicas com numerais e letras músicas que estimulam o cérebro (ex. falar uma fruta ou animal fazer a letra ou o número aprendido; fazer expressões (triste) com o rosto, macaquinho mandou (partes do corpo). (P1)
- Estória engraçada, biscoitinho queimado. (P2)
- Contando estórias, dinâmicas direcionadas conforme conteúdo. (P3)
- Circuitos na quadra, brinquedoteca, pintura no azulejo, tablets. (P4)
- Morto-vivo, amarelinha, percursos etc. (P5)

Analisando as respostas da pergunta 5 se pode observar que: os professores responderam que *usam dinâmicas como músicas com letras músicas que estimulam o cérebro (ex. falar uma fruta ou animal) fazer a letra ou o número aprendido por intermédio da música; fazer expressões (triste) com o rosto, macaquinho mandou (partes*

do corpo). Também contar histórias, dinâmicas direcionadas conforme conteúdo e fazem circuitos na quadra, brinquedoteca, pintura no azulejo, tablets.

7.4.6 Modo que acha deveria ser usada à economia da escola para atender a necessidade pedagógica dos professores

- Sempre como função meio, com objetivo de fomentar as necessidades básicas no desenvolvimento integral dos alunos e oferecendo uma educação continuada para os docentes. (P1)
- Penso que a escola tem usado de maneira correta, a economia da escola deve ser usada para atender as demandas do professor de maneira geral. (P2)
- Participar de um programa de preparação, tecnologias. (P3)
- Com a capacitação de seus profissionais, o que aqui já acontece. (P4)
- Para que a economia da escola atenda as necessidades pedagógicas dos professores e necessário que se estude se analise os recursos mais relevantes e que os professores sejam ouvidos, que exponham suas necessidades. (P5)

Passando a analisar as respostas sobre a pergunta 6 os professores responderam que: *á economia da escola atenderia as necessidades pedagógicas sempre como função de meio, com objetivo de fomentar as necessidades básicas no desenvolvimento integral dos alunos e oferecendo uma educação continuada para os docentes. Alguns professores pensam que a escola tem usado de maneira correta, a economia da escola deve ser usada para atender as demandas do professor de maneira geral. Seria ideal que se estude e analise os recursos mais relevantes e que os professores sejam ouvidos, que exponham suas necessidades.* Na verdade, é importante que a escola faça um análise mais direcionado em relação a esta questão e passem a usar com mais eficácia a economia da escola.

7.3.7 Os recursos didáticos que estão faltando para o melhor desempenho das atividades pedagógicas dos professores na escola

- Computadores para aprender com os vídeos e jogos (on-line) educativos. (P1)
- Mais literatura disponível para os alunos e um olhar mais atencioso sobre o ensino atual. (P2)
- Uma lousa interativa, pois os alunos estariam mais interessados ao conhecimento do novo. (P3)
- Fica por conta da criatividade do Profissional docente, que mesmo tendo uma infinidade de recursos. (P4)
- Sinto falta da literatura infantil. (P5)

Analisando as respostas relativas a pergunta 7 se pode observar que: *os professores respondem que faltam computadores para ensinar os alunos com vídeos temáticos e jogos educativos os alunos, falta a louça interativa, pois os alunos ficariam mais interessados com os conhecimentos do novo, falta também mais livros de literatura disponíveis para os alunos e dar mais atenção para o ensino atual, ou seja, um novo olhar a modernidade.* Tudo isto que os professores destacam em suas respostas são de suma importância para o desempenho das atividades e do aprendizado dos alunos. A economia escolar por sua parte tem que ter uma parcela disponível para que a escola compre matérias atualizados para ajudar na pratica pedagógica dos professores.

7.3.8 Se a brinquedoteca está em boas condições de uso para a pratica dos professores e seus alunos

- Não, pois muitos docentes não sabem utilizar de forma correta o espaço, assim deixando seus alunos quebraram e rasgarem os materiais, brinquedos e livros. (P1)
- Sim. (P2)
- Sim. (P3)

- Sim. (P4)
- Sim tem diferentes jogos pedagógicos referentes as letras do alfabeto, numerais, cores, tem fantoches, livros de histórias, jogos que trabalham concentração e equilíbrio enfim diversos recursos que favorecem o aprendizado. (P5)

Analisando as respostas dos professores relativas a pergunta 8 se pode observar que: *os professores respondem que, pois, muitos docentes não sabem utilizar de forma correta o espaço, assim deixando seus alunos quebraram e rasgarem os materiais, brinquedos e livros. A biblioteca tem diferentes jogos pedagógicos referentes as letras do alfabeto, numerais, cores, tem fantoches, livros de histórias, jogos que trabalham concentração e equilíbrio enfim diversos recursos que favorecem o aprendizado.* Como se pode observar nas respostas dos professores a respeito da disciplina que alguns não tem com os seus alunos, seria bom conscientizar tantos os professores como os alunos em relação ao uso adequado da biblioteca e suas matérias didáticos, ensinar os alunos a conservar e selar pelas matérias, não permitindo que eles degradem os materiais.

7.3.9 Os brinquedos que como professor acha que a brinquedoteca deveria ter mais para uso das atividades com as crianças.

- Poderia ter mais fantoches e mais bonecos. (P1)
- Mais jogos de encaixe como quebra cabeça. (P2)
- Jogos de concentração, a escola possui, mas não o suficiente para atender os alunos. (P3)
- Quebra gelo, quebra cabeça, fantoches. (P4)
- No momento está adequada, com vários brinquedos e livros. (P5)

Analisando as respostas dadas pelos professores relativas a pergunta 9 da entrevista têm-se: *os professores responderam que a brinquedoteca deveria ter mais fantoches, mais bonecos, mais jogos de encaixe como quebra-cabeça, jogos de concentração (a brinquedoteca tem mas não o suficiente para atender os alunos), quebra gelo.* Como pode-se observar falta muitos brinquedos educativos segundo as respostas dos professores, para impulsionar o aprendizado dos alunos.

7.3.10 Se a escola tem propiciado cursos de formação para os professores da escola

- Sim com palestras bastante produtivas. (P1)
- Sim pois todo mês temos um encontro para estudar diversos temas que nos traz benefícios em nossas práticas. (P2)
- Sim, geralmente uma vez ao mês. (P3)
- Sim. (P4)
- Sim além dos professores se reunirem uma vez ao mês para trocar ideias e experiências aprender sobre determinado assunto (exemplo vídeo sobre autismo) ainda participam de palestras com temas relevantes para a educação. (P5)

Analisando as respostas dadas pelos professores relativas à pergunta 10 da entrevista têm-se: *os professores respondem que propiciam palestras bastante produtivas, encontro para estudar diversos temas que nos traz benefícios em nossas práticas.* É interessante o que os professores respondem sobre os encontros de socialização de conhecimentos, trocas de ideias para melhorar a prática em sala de aula, essa iniciativa é muito importante para que o corpo docente tenha um crescimento conjunto em suas práticas.

A formação continuada para os professores é de suma importância para o bom desempenho dos mesmos na sua prática pedagógica. O professor tem que participar continuamente de formações dentro de sua área de atuação. O professor que não se qualifica deixa muito a desejar usando práticas caducas em sala de aula, o professor precisar está atualizado com as inovações que vem surgindo a cada ano.

7. CONCLUSÕES

Concluindo esta pesquisa depois de muitas pesquisas sobre o investimento da economia escolar no desempenho das atividades curriculares propostas pelo centro educacional CRIARTE, junto aos professores e alunos, na cidade de Campos de Goytacazes, Brasil. Baseado no objetivo de analisar o impacto da economia escolar no desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e pais dos alunos do Centro Educacional CRIARTE.

Depois da aplicação dos instrumentos da pesquisa que foram direcionados para responder os objetivos específicos da pesquisa e confirmar o valor da mesma comprovando

cientificamente e fazendo a socialização dos resultados obtidos com as bases teóricas e, a prática pedagógica da pesquisadora passamos as seguintes conclusões da pesquisa.

Concluindo respondendo ao primeiro objetivo específico da pesquisa que é: *Estimar o impacto da economia escolar favorecendo o desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e alunos*; de acordo os resultados obtidos pelo questionário fechado aplicado aos professores. Confirmam que a economia da escola estima muito no desenvolvimento das atividades curriculares da escola.; que a economia da escola é suficiente para garantir que administração da escolar compre recursos pedagógicos para uso dos professores em sala de aula. Sendo que todos os professores confirmaram que a economia da escola é suficiente para o suporte administrativo da mesma, podemos concluir que a direção da escola está administrando bem as economias da escola. Os professores responderam que a eles são contemplados pela economia da escola. Como pode-se ver a importância da economia da escola está voltada também a capacitação dos professores e, no apoio na compra de materiais didáticos para o Centro CRIARTE e, tem contemplado os professores de diversas formas.

Concluindo respondendo ao segundo objetivo específico da pesquisa que é: *Conferir os meios que favorecem a aprendizagem dos alunos através dessas atividades curriculares como recursos tecnológicos e bibliotecários*. Através dos resultados do questionário aplicados aos professores se tem as respostas a este objetivo. *Os professores responderam que a economia escolar pode influencia no desenvolvimento das atividades que os professores propõem em seus planejamentos. A resposta dos professores foi unanime. Todos os professores tiveram a mesma posição diante da questão levantada.* Embora, pouco se atentam para a questão da economia na hora de planejar suas atividades, pois no primeiro momento nenhum dos professores se preocupa como a economia, quanto irão precisar financeiramente para desenvolver tais atividades que se trabalhará em sala de aula, sabe-se que o primeiro aspecto que se pensa ao se planejar as atividades é na boa exposição do conteúdo direcionando ao desempenho do aprendizado.

Continuando os resultados *a economia escolar é usada muito para equipar as salas de aulas adequando-as ao ambiente a recepção das crianças*. Uma sala de aula de educação infantil tem suas especialidades e diferenças em relação as salas de aulas de ensino fundamental, então levando em consideração este quesito é de fundamental importância na educação infantil à preparação das salas de aulas com decorações painéis e

outros tipos de adereços adequados à receptividade dos alunos. Todos estes benefício são dados por meios da economia escolar aos professores que por sua vez vem através de resultados no aprendizado dos seus alunos.

Passando a responder ao terceiro objetivo específico da pesquisa que é: *Descrever o progresso feito pelos alunos a partir do investimento económico da escola na realização dessas atividades para favorecer a aprendizagem dos alunos*. Os professores respondem que tudo que se encontrar no ambiente onde ocorre o processo ensino-aprendizado desde que sejam utilizados de forma adequada. A utilização de músicas, imagens (ilustrações) e fotos facilitam o entendimento das crianças. O livro, a pintura. O desenho livre ou direcionado, o tablet, os jogos educativos, o computador (vídeos e jogos educativos) e os DVDs as pesquisas em jornais e revistas. Todos estes recursos favorecem o desenvolvimento do aprendizado do aluno tanto na escrita como da leitura. Como se pode notar entre as respostas dos professores é importante salientar que todos tiveram respostas muitos parecidas, ou seja, eles estão trabalhando com os mesmos recursos embora trabalham com turmas diferentes. Os recursos didáticos que os professores veem que as crianças aprendem mais quando usados são vídeos, imagens e sons, os jogos educativos e brinquedos. *A escolha do material didático sempre foi um dos pontos primordiais para o bom desempenho das atividades dos professores em sala de aula*. O desempenho dos aprendizados dos alunos depende tanto da qualidade do material didático usado como das metodologias que os professores usam para que este material realmente deem efeitos positivos ao serem aplicados. Todos estes meios, recursos apresentados favorecem o melhor desempenho das atividades curriculares dos professores contribuindo ao aprendizado dos alunos.

Concluindo respondendo ao quarto objetivo específico da pesquisa que é: *Constatar os benefícios que a economia escolar favorece para cumprir essas atividades curriculares*. Os professores respondem que sempre devem usar a economia como função meio, com o objetivo de fomentar as necessidades básicas no desenvolvimento integral dos alunos e oferecendo uma educação continuada para os docentes. A formação continuada dos professores é um dos benefício que o investimento econômico escolar favorece o desenvolvimento ensino-aprendizagem da Creche CRIARTE. Levar os professores a participar de um programa de preparação envolvendo as novas tecnologias. Para que a economia da escola atenda as necessidades pedagógicas dos professores e necessário que

se estude se analise os recursos mais relevantes e que os professores sejam ouvidos, que exponham suas necessidades. Segundo as respostas dos professores que respondem bem ao objetivo da pesquisa. É de grande importância que a escola incentive os professores a se capacitar, buscar se atualizarem profissionalmente para melhor desempenhar suas atividades em sala de aula e assim apresentarem melhores resultados de seus trabalhos.

Conclui-se *respondendo ao problema da pesquisa* que é: de que maneira se dá o investimento da economia escolar no desempenho das atividades curriculares propostas pela escola junto os professores e alunos do Centro Educacional CRIARTE, na cidade de Campos de Goytacazes, Brasil? Os resultados obtidos por meios dos instrumentos da pesquisa, evidenciou-se que os aspectos económicos tem um impacto real e significativo no desenvolvimento das atividades curriculares propostas pela educação infantil, na capacitação e formação continuada dos professores por meio do Programas federais que são oferecidos e, que necessitam se atualizarem para melhor trabalhar na educação infantil e, percebeu-se que o maior investimento é que uma economia bem utilizada pela escola resulta em uma maior potencialidade na qualidade do ensino das crianças.

Concluindo se pode comprovar que o sistema económico (benefícios, ingressos, insumos, valores) gerado pela escola é de suma importância para vários aspectos (tarefas, acoes, planejamento) e tem que ser bem utilizada para que a escola, os docentes, os administrativos, os alunos etc. todos sejam contemplados para que assim a escola possa ter respaldo e qualidade.

8. RECOMENDAÇÕES

Então, depois das conclusões que se deram com os resultados da aplicação dos instrumentos da pesquisa chegamos as recomendações direcionadas ao Centro Educacional CRIARTE considerando o impacto da economia escolar no desempenho das atividades curriculares.

Algumas recomendações propostas baseadas nos resultados da pesquisa, que tem a finalidade de melhorar o desempenho geral das atividades curriculares do Centro Educacional CRIARTE:

- Incluir no PPP da escola de capacitações específica direcionadas por áreas das competências a serem trabalhadas com as crianças no ensino infantil;
- Nas reuniões pedagógicas fazer enquete com os professores indagando os cursos de formação continuada que eles necessitam fazer;
- Conscientizar os pais dos alunos a participarem da elaboração do PPP da escola para que assim todos tenham ciência do que a escola está oferecendo para o melhor aprendizado dos alunos e assim também os pais participem ativamente da elaboração do PPP;
- Na semana pedagógica incluir oficinas relacionadas com as novas tecnologias direcionado ao melhor desempenho das atividades pedagógicas;
- Estabelecer políticas de adoção e aquisição de livros e materiais didáticos que estimulem a provisão de materiais ricos e variados adequados para ensinar, de forma consistente, as múltiplas competências associadas ao processo de alfabetização;
- A coordenação da escola está aberta as propostas e opiniões dos professores e suas necessidades em sala de aula;
- Ampliar o acervo da brinquedoteca assim dando possibilidades para que os professores trabalhem a contento com seus alunos as atividades;

A escola poderá melhorar sua qualidade desde que seus dirigentes estejam abertos e objetivados a isso. Uma escola de qualidade não é aquela que somente trabalha com regras e segue rigidamente seus objetivos sem se preocupar com as condições que o professor está trabalhando em sala de aula ou que não senta com o professor e busca saber quais as melhorias que eles necessitam para melhor desempenhar suas atividades.

É recomendável que novos estudos relacionados ao tema economia e educação sejam realizados com o intuito de enriquecer os conhecimentos dos gestores escolares de Educação Infantil, dos professores em geral e da família. Como se pode ver no estudo realizados a economia é a fonte base para que aconteça o desenvolvimento das instituições escolares, se o gestor escolar não fazer bom uso dessa economia juntamente com sua equipe administrativa-financeira a instituição pode ter graves problemas para subsistir.

Como se sabe a economia é o combustível que faz andar, crescer, progredir todas as instituições federais, estaduais ou municipais e privadas. O impacto da economia na educação é significativo. A escola não pode desenvolver os seus projetos sem o apoio financeiro fornecidos por seus sponsors. Para o saudável desempenho das instituições escolares os programas criados pelo sistema nacional de apoio a educação têm que valorizar os repasses econômicos para que a escola possa realizar suas atividades e oferecer uma educação de qualidade a sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- Abrahão, J. (2011). A educação movimenta a economia. *Revista Educação*.
<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/167/artigo233502-1.asp>. Entrevista.
Acessado em 03/08/2016.
- Alves, B. M. F. (2011). Infâncias e educação infantil: aspectos históricos, legais e pedagógicos. *Revista Aleph Infância*, ISSN-1807-6211/ ANO V N° 16. (PPGE/UFRJ e LEDUC/UFRJ). <http://www.uff.br/revistaleph/pdf/art8.pdf>.
Acessado em 30/06/2017.

- Andrade, H. G. C. & Pinto, M. R. (2014). “*O que é meu é seu ?!*” - *Seria o Consumo Colaborativo uma Inovação Social?* VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo, III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo, I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo. 24, 25 e 26 de setembro de 2014. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). [https://www.google.com.br/search?q=Andrade%](https://www.google.com.br/search?q=Andrade%20). Acessado em 10/05/2017.
- Araújo, A. (2010). *Aprendizagem Infantil: Uma abordagem da Neurociência, Economia e Psicologia Cognitiva. Ciência Tecnologia para o Desenvolvimento Nacional – Estudos Estratégicos*. São Paulo, SP. Academia Brasileira de Ciências e Fundação Conrado Wessel. <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-6821.pdf>. Acessado em 02/08/2016.
- Ariès, P. (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Barzeley, M. (2001). *New Public Management*, University of California, Berkeley. Em Carrasqueira, H., 2016, op cit.
- Batistela, A. C. (2016). *Das políticas educacionais à economia da educação*. Grupo de Trabalho - Políticas Públicas, Avaliação e Gestão da Educação. FESC / UNILAGOS / UNIVEST. http://educere.bruc.com.br/ANAI2013/pdf/9574_5285.pdf. Acessado em 19/02/2018.
- Becker, G. (1964). *Human Capital*, N.Y., Princeton University Press. Em Carrasqueira, H., 2016, op cit.
- Benjamin, C. (2002). Economia e educação: um debate invertido. *Revista Espaço Acadêmico* –Ano –N 12- maio de 2002 –Mensal – ISSN 1519.6186. Contraponto. http://www.espacoacademico.com.br/012/12col_cesar.htm. Acessado em 03/08/2016.
- Bergo, C. A. M. (2011). Conceitos básicos de economia, ANBIMA. <http://www.cnf.org.br/documents/19/fd534a67-8d62-4f38-b412-c52308259740>. Acessado em 22/02/2018.
- Bolle, W. (1984). *Benjamin e a cultura da criança*. In W. Benjamin, Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação (pp. 13-16). São Paulo: Summus.

Brasil (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira*. Lei nº 9.394/96

Brasil (1998). *Constituição Federal de 1988*.

Brasil MEC. (2014). *Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à Educação*. Ministério da Educação Secretaria de Educação Infantil e Fundamental.

Brasil, (2001). *Plano Nacional de Educação*. Lei nº. 10.172/01. Brasília.

Brasil, (2016). *O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. Adesão ao PNAIC. <http://pacto.mec.gov.br/noticias/134-adesao-2016>. Acessado em 28/05/2017.

Brasil, MEC/SEF/CIEDI. (2006). *Política Nacional de Educação Infantil: Pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação*. Brasília, DF.

Brasil. (1996). *Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* 9394/96. Brasília: MEC.

Bruno, L. (2011). Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16 n. 48 set. -dez. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a02.pdf>. Acessado em 19/02/2018.

Bujes, M. I. E. (2010). *Infância e risco*. Educação & Realidade, v. 35, n. 3, p. 157-174, set./dez.

Cabrito, B. (2016). *Economia da Educação*, Lisboa, Texto Editora. Em Carrasqueira, H., op cit.

Campos, M. M.; Rosemberg, F.; Ferreira, I. (1993). *Creches e pré-escolas no Brasil*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo: Cortez Editora.

Campos, M. M.; Rosemberg, F.; Ferreira, I. M. (1993). *Creches e pré-escolas no Brasil*. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Cortez.

Campoy Aranda, T. J. (2016). *Metodología de la investigación científica*. Ciudad del Este. Escuela de Posgrado, Universidad Nacional del Leste, 531 p.

- Carrasqueira, H. (2010). *Economia e Educação*. Working Paper. <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/8389/1/Economia%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20WP.pdf>. Acessado em 22/02/2018.
- Carvalho, M.F. N.; Ferreira, S.P.A. & Pereira, V.C. (2014). *A (Des) motivação da aprendizagem de alunos de escola pública do ensino fundamental I: quais os fatores envolvidos?* https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2007.2/a%20desmotiva. Acessado em 02/08/2016.
- Chalmers, D. (2012). Social innovation. An exploration of the barriers faced by innovating organizations in the social economy. *Local Economy. Sage Journals*, A.28, n.1.
- Creswell, J. W. (2010). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Ed. Artmed Sage, 3º edição.
- Culligan, M. J. et al. (1988). *Administração: de volta as origens*. Trad. Lia Cayres. 5 ed. São Paulo: Best Seller.
- Dantas, M. & Cavalcante, V. (2006). Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco.
- Denison, E. (1967). *Why Growth Rates Differ Post-War Experience in Nine Western Countries*, Washington D.C., The Brookings Institution. Em Carrasqueira, H., 2016, op cit.
- Evans, D.K.; Kosec, K. (2011). *Educação Infantil: Programas para a Geração Mais Importante do Brasil*. Washington, DC: The World Bank, 2011; São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. In: Saballa, R. de C., 2014, op. Cit.
- Favaro, N. A. L. G.; Tumolo, P. S. (2016). A relação entre educação e desenvolvimento econômico no capitalismo: elementos para um debate. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, nº. 135, p.557-571, abr.-jun. <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n135/1678-4626-es-37-135-00557.pdf>. Acessado em 22/03/2018.
- Ferreira, J. P. & Gomes, D. L. (2006). *A relevância da educação infantil para crianças de 0 a 3 anos de idade*. FACIAP/UNIPAN.

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-058-TC.pdf>. Acessado em 20/06/2017.

- Fraboni, F. (1998). *A Escola Infantil entre a cultura da infância e a ciência pedagógica e Didática*. In: Zabaltar, M. A. Qualidade em Educação Infantil. Porto Alegre.
- Freire, Paulo (1992). *Pedagogia da Esperança*. Paz e Terra.
- Freire, Paulo (1996). *Educação Como Prática da Liberdade*. Paz E Terra S/A.
- Freire, Paulo (1997). *Pedagogia da Autonomia*. RJ: Editora Vozes.
- Fullgraf, J. (2008). *Política nacional de educação infantil no Brasil: uma luta contínua, uma política descontínua*. 31ª Reunião da ANPED, GT 07. Caxambu, MG: 2008. Disponível em <www.anped.org.br>. Acesso em: 28/03/2017.
- Gadotti, M. e Romão, J. E. (orgs). (2002). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 5 ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, (Guia da Escola Cidadã).
- GEP Educação (1992). *LINSSE Modelo de Simulação do Sistema Educativo*, Série Recursos Humanos, coordenação M. E. São Pedro. Em Carrasqueira, H., 2016, op cit.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª. ed. São Paulo: Atlas.
- Gil, A.C. (2002). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gomes, M. O. (2013). *Formação de Professores na Educação Infantil*. 2º Ed. São Paulo: Cortez.
- Gonzáles, J. A. T., Fernández, A. H. & Camargo, C. de B. (2014). *Aspectos fundamentais da pesquisa científica*. Asunción, Paraguay: Editora Marben.
- Hare, P. (1997). *Conceptual Issues in the Analysis of Higher Education: Application to Russia and Ukraine*. In structure and Financing of Higher Education in Russia, Ukraine and the EU, (Hare, P. ed.) London: Jessica Kingsley Publishers, pp. 3-40. V Em Carrasqueira, H., 2016, op cit.
- Hernandez Sampieri, R.; Collado C. F.; Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*, 3 ed. — São Paulo: MCGRAW-HILL.

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf. Acessado em 11/05/2017.

Kauark, F.S.; Manhães, F. C. & Medeiros, C.H. (2010). *Metodologia da Pesquisa: Um Guia Prático*. Bahia: Via Litterarum.

Kettel, D. F. (2000). *The global public management revolution: a report on the transformation of governance*. Washington: Brookings Institution Press. En Sander, 2007, op. cit.

Kramer, S. (1987). *A política do pré-escolar no Brasil: Arte do disfarce*. 3ed. Dois Pontos. Rio de Janeiro.

Kuhlmann Júnior, M. (2008). *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação.

Kuhn, T. S. (1980). *The structure of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980. En: Sander, 2007, op. cit.

Lacerda, L.F.; Ferrarini, A. V. (2013). Inovação social ou compensação? Reflexões acerca das práticas corporativas. *Polis, Revista Latinoamericana*. A.12, n.35.

Lakatos, E. M & Marconi, M. de A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ªed. São Paulo: Atlas.

Lakatos, E.M.; Marconi, M.A. (2003). *Técnicas de Pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas.

Lara, A. M. B. L.; Molina, A. A. (2012). *Pesquisa qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias*. Maringá. Apostila.

Lara, A. M. B.; Moreira, J. A. S. (2012). *Educação infantil e o cenário histórico-econômico da sociedade capitalista*. Educação infantil e o cenário histórico-econômico da sociedade capitalista. pp. 29-74. ISBN 978-85-7628-585-4. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org/id/kcv6j/pdf/moreira-9788576285854-04.pdf>. Acessado em 22/03/2018.

Libâneo, J. C. (2000). *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire.

- Lück, Heloísa (2005). *Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional*. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Maia, Á. A. (2010). *Metodologia Científica: pensar, fazer e apresentar cientificamente*. Imperatriz, MA.
- Mankiw, N. Gregory (2005). *Introdução à Economia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. Em Carrasqueira, H., 2016, op cit.
- Mendes, C. M. et al. (2007) *Economia (introdução)*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC. http://cead.ufpi.br/conteudo/material_online/disciplinas/economia/textos/economia_PDF.pdf. Acessado em 22/02/2018.
- Mendonça, F. W. (2013). *Teoria e Prática na Educação Infantil*. Maringá, PR: Unicesumar.
- Mendonça, M. A.; Tavares, H. M. (2008). *A Afetividade: o fio condutor na educação infantil*. – Uberlândia: Faculdade Católica de Uberlândia. XII p. Disponível em:<<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/20-pedagogia.pdf>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2014.
- Merisse, A. (1997). *Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches*. In Merisse. A. et al. Lugares da Infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte e Ciência.
- Merrien, F. X. (2008). Du néolibéralisme à la nouvelle gouvernance libérale. In: Giraud, O.; Warin, P. Politiques Publiques et Democratie. Paris: La Découverte/ Pacte, 2008. In: Saballa, R. de C., 2014, op. Cit.
- Minayo, M. C. de S. (2001). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 19 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mincer, J. (1962). On-the-job Training: Cost,Returns and some Implications, *Journal of Political Economy*, 70 (Suppl.), pp.50-79. Em Carrasqueira, H., 2016, op cit.

- Neves, G. (2016). *A educação infantil e o seu contexto histórico da pedagogia*. Confira uma reflex. <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-educacao-infantil-seu-contexto-historico.htm>. Acessado em 02/06/2017.
- Nunes, M. F. (2009). *Educação infantil: instituições, funções e propostas*. In: Corsino, Patrícia. (org.) *Educação infantil: cotidiano e políticas*. Campinas, SP: Autores Associados.
- O' Malley, P. (1996). *Risk and responsibility*. In: Barry, Andrew; Osborne, Thomas; Rose, Nikolas (Ed.). *Foucault and political reason: liberalism, neoliberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press. p. 189- 207. In: Saballa, R. de C., 2014, op. Cit.
- Oliveira, Z. R. O. (2002). *Educação Infantil Métodos*. São Paulo.
- O'Malley, P. (1996). *Risk and responsibility*. In: Barry, A.; Osborne, T.; Rose, N. (Ed.). *Foucault and political reason: liberalism, neoliberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996. p. 189-207.
- Phillips D. A, McCartney, K.; Sussman A. (2006). *Child care and early development* In: McCartney K, Phillips D. *Blackwell handbook of early childhood development*, Malden: Blackwell Publishing; 2006: 471-489.
- Queiroz, T. D. (2001). *Pedagogia de projetos interdisciplinares – 1ª a 4ª série*. São Paulo: Rideel.
- Ramalho, H. (2016). *Economia, Trabalho e Educação*. http://www.ipv.pt/millennium/Millennium25/25_26.htm. Acesso em 12/05/2017.
- Rey, F. (1998). Lo cualitativo y lo cuantitativo en la investigación de la psicología social. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 32-52.
- Richardson, R.J. (2009). *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Rocha, E. (2002). Cenas do Consumo: Notas, Ideias, Reflexões. *Revista Semeiar*, n. 06, Rio de Janeiro: PUC – Rio.

- Rocha, E. A. C. (1999) *A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: Trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma Pedagogia da Educação Infantil*. Florianópolis, UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações.
- Rosemberg, F. (1984). Organizações Multilaterais, Estado e Políticas de Educação Infantil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.115, p.25-63.
- Rosemberg, Fúlvia (1979). Educação para quem? *Revista Ciência e Cultura*, vol. 28, n. 12, pp. 1.466-1.471, julho.
- Rosemberg, Fúlvia (1984). *O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche*. In: Rosemberg, F. (Org.). *Creche*. São Paulo, Cortez, Fundação Carlos Chagas, pp. 90-103.
- Saballa, R. de Carvalho (2014). *A educação infantil como investimento em capital humano: governamentalidade e gestão de riscos como pauta da expertise econômica*. Universidade Federal da Fronteira Sul. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro. http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/226-0.pdf
- Sage, D.D. (1999). *Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo*. In: Satainback, S; Satainback, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Sampieri, H., Callado, C. & Lucio, M. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. Tradução: Vaz de Moraes. D. Revisão técnica: Garcia, A. G. Q., y Dirceu da Silva, M. J. 5ª ed. Porto Alegre: Penso.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; Lucio, M. P. B. (2006). *Metodología de la investigación*. 5. Edición. McGraw-Hill Interamericana Editores S.A. de C.V.
- Sander, B. (1977). *Educação Brasileira: valores formais e valores reais*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar do MEC; São Paulo: Fundação Biblioteca Patricia Bildner.
- Sander, B. (1979). Formalismo e administração educacional no Brasil. *Revista de Educação AEC*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 34, p. 33-50.

- Sander, B. (2005). *Políticas públicas e gestão democrática da educação*. Brasília, DF: Liber Livro.
- Santaella, L. (2010). Novos Desafios da Comunicação. *Lumina* - Facom/UFJF - v.4, n.1, p.1-10, jan./jun. 2001 - www.facom.ufjf.br. Acessado em 09/08/2016.
- Schultz, T. (1961). Investment in Human Capital, *American Economic Review*, nº 51, pp.1-16. Em Carrasqueira, H., 2016, op cit.
- Silva, M. E. (2010). *A importância da educação infantil para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina. -UEL. [/www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/Maria%20ELISANDRE%20DA%20SILVA.pdf](http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/Maria%20ELISANDRE%20DA%20SILVA.pdf). Acessado em 20/06/2017.
- Smith, A. (1776). *An Inquiry into the Nature and Causes of Wealth of Nations*, London: Metween and Co Ltd, 6th edition. 1950 (ed. C. Gulbenkian, tradução de L. Cristóvão de Aguiar, 1993), 2º volume). Em Carrasqueira, H., 2016, op cit.
- Strenzel, G. R. (2005). *A Educação e o Cuidado de Meninas e Meninos Menores de Três anos em Creches: Indicações para uma Pedagogia da Educação Infantil*. Disponível em: <http://www.cedufscbr>. Acesso em 10/07/2017.
- Taschner, G. (2010). Comunicação, sociedade e imaginários do consumo. *Comunicação, Mídia e Consumo*. Escola Superior de Propaganda e Marketing. A. 7, n. 20.
- Taylor, J. (2003). *The Legacy of 1981: An Assessment on Long-Term Implications of the reductions in Funding Imposed in 1981 on UK Higher Education Institutions*, Cher Conference, Porto. Em Carrasqueira, H., 2016, op cit.
- Tecendo Ideias (2009). *Gestão escolar para uma escola inclusiva*. Blog de educadores da PCRJ coautores. Online: <http://tecideias.blogspot.com/2009/10/gestao-escolar-para-uma-escola.html>. Postado por Felipe Ribeiro. Postado em 04 outubro.
- Teixeira, H. C. & Volpini, M. N. (2014). A importância do brincar no contexto da educação infantil: creche e pré-escola. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro - SP, 1 (1): 76-88. <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074001.pdf>. Acessado em 20/06/2017.

UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Ministerio da Educação e Ciencia de Espanha: Salamanca, Espanha.

Vygotsky, L. S. (1988). *A Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.

Vygotsky, L. S. (1998). *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Vygotsky, L. S. (1998). *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Wöbmann, L. (2000). *Specifying Human Capital: a Review, some Extensions and Development Effects*. Kiel, Working Paper, nº 1007, (citando Marshall, A., *Principles of Economics*, 8ª ed, Londres, Macmillan, 1920, livro 6, cap. 4, parágrafo 2. Em Carrasqueira, H., 2016, op cit.

Zabalza, M. (2000). Como educar em valores na escola. *Revista Pátio Pedagógica*. Ano 4, nº 13, mai/jul.

APÊNDICES

Apêndice A: Questionário aplicado aos professores.



UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCION –UAA
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
MAESTRIA EN CIENCIAS DE LA EDUCACION

1- QUESTIONARIO PARA OS PROFESSORES

- 1- Você acha que a economia da escola influencia no desempenho das atividades curriculares da escola?
- ☐ Influencia muito
 - ☐ Influencia
 - ☐ Influencia pouco
 - ☐ Não influencia
- 2- A economia escolar esta sendo disponibilizada para recursos para os professores melhor desenvolverem suas atividades pedagógicas com as crianças?
- ☐ Disponibilizada muito
 - ☐ Disponibilizada
 - ☐ Pouco disponibilizada
 - ☐ Não está sendo disponibilizada
- 3- A economia da escola é suficiente para que dar suporte a administração da escolar comprar recursos pedagógicos para uso dos professores em sala de aula?
- ☐ Muito Suficiente
 - ☐ Suficiente
 - ☐ Pouco suficiente
 - ☐ Não é suficiente
- 4- A economia da escola está contemplando favoravelmente para as necessidades pedagógica que os professores apresentam a coordenação da escola?
- ☐ Está contemplando
 - ☐ Contemplando muito
 - ☐ Contemplando pouco
 - ☐ Não está contemplando
- 5- Os professores são contemplados pela economia da escola?
- ☐ Muito contemplados
 - ☐ Contemplados
 - ☐ Pouco contemplados
 - ☐ Nada contemplados
- 6- A economia escolar pode influencia no desempenho das atividades que os professore propõe em seus planejamentos?
- ☐ Influencia muito
 - ☐ Influencia
 - ☐ Pouco influencia
 - ☐ Influencia pouco
- 7- A economia escolar pode influenciar no ensino-aprendizado dos das crianças?
- ☐ Influencia muito

- ☐ Influencia
- ☐ Influencia pouco
- ☐ Não influencia

8- A economia escolar tem sido usada para preparar as salas de aulas adequando o ambiente das salas de aulas para a boa recepção das crianças?

- ☐ Usada muito
- ☐ Tem sido usada
- ☐ Usada pouco
- ☐ Não tem sido usada

9- Os recursos didáticos usados pelos professores são comprados com a economia que a escola arrecada?

- ☐ São comprados
- ☐ Comprados poucos
- ☐ Não tem sido compradas
- ☐ Nenhuma das respostas

10- A economia escolar é suficiente para manter a brinquedoteca da escola?

- ☐ Muito suficiente
- ☐ Suficiente
- ☐ Pouco suficiente
- ☐ Não tem sido suficiente

Apêndice B: Questionário aplicado aos pais dos alunos.



UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCION –UAA
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANISTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
MAESTRIA EN CIENCIAS DE LA EDUCACION

QUESTIONARIO PARA OS PAIS DOS ALUNOS (AS)

1- O senhor (a) participa das reuniões de pais e mestres da escola?

- ☐ Participo muito
- ☐ Participo às vezes
- ☐ Participo pouco

() Não participo

2- O senhor (a) tem conhecimento do devido uso da economia da escola para aplicação no desempenho do ensino-aprendizado das crianças?

() Conheço muito

() Conheço pouco

() Não conheço nada

() Nenhuma das respostas

3- O senhor (a) participa da elaboração do planejamento pedagógico da escola?

() Participa muito

() Participa pouco

() Não Participa

() Nenhuma das respostas

4- O senhor (a) tem conhecimento das atividades desenvolvidas para o aprendizado de seus filhos na escola?

() Tenho muito conhecimento

() Tenho pouco conhecimento

() Não tenho conhecimento

() Nenhuma das respostas

5- Tem acompanhado o desempenho do aprendizado de seu filho (a) na escola?

() Acompanhado muito

() Acompanho às vezes

() Acompanho pouco

() Não acompanho

6- No seu ver, a escola usa bem a economia para melhorar as atividades dos alunos?

() Usa muito bem

() Usa não muito bem

() Usa razoavelmente bem

() Não usa nada bem

7- A escola tem oferecido feira-culturais por sua conta a seus filhos?

() Tem oferecido muito

() Tem oferecido

() Tem oferecido pouco

() Não tem oferecido

8- A escola tem promovido passeios culturais para as crianças como atividades pedagógica?

- () Tem promovido muito
- () Tem promovido às vezes
- () Tem promovido pouco
- () Não tem promovido

9- Os valores cobrados nas mensalidades pela escola são suficiente para manter todas as atividades pedagógicas?

- () Muito suficiente
- () Pouco suficiente
- () Não são suficiente
- () Nenhuma das respostas

Apêndice C: Entrevista estruturada aplicada aos professores.



UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCION –UAA
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANINSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
MAESTRIA EN CIENCIAS DE LA EDUCACION

ENTREVISTA ABERTA PARA OS PROFESORES (AS)

1- Quais os recursos didáticos que favorecem o melhor desempenho das atividades dos professores em sala de aula?

2- Enumere por grau de importância, para você, quais são os 4 recursos didáticos que mais ajudam você na sua prática pedagógica em sala de aula:

3- Quais os recursos didáticos auxiliares que você vê que as crianças aprendem mais quando você os usa?

4- Você sempre usa dinâmicas nas suas aulas para prender a atenção das crianças alunos em sala de aula? Comente por quê?

5- Exemplifique quais as dinâmicas você usa com as crianças?

6- Como você acha que deveria ser usada a economia da escola para atender as necessidade pedagógica dos professores?

7- Quais os recursos didáticos que estão faltando para o melhor desempenho das atividades pedagógicas dos professores na escola?

8- A brinquedoteca está em boas condições de uso para a prática dos professores e seus alunos?

9- Quais os brinquedos que você como professor acha que a brinquedoteca deveria ter mais para uso das atividades com as crianças? Cite-os?

10- A escola tem propiciado cursos de formação para os professores da escola?

Apêndice D: Declaração para a diretora da escola autorizar a pesquisa.



UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCION –UAA
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
DOCTORANDA EN CIENCIAS DE LA EDUCACION

DECLARAÇÃO

Eu, Elza Amaral de Carvalho Cardoso DECLARO para os devidos fins que aceito participar da pesquisa “ O IMPACTO DA ECONOMIA ESCOLAR NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES CURRICULARES PROPOSTAS PELO CENTRO EDUCACIONAL CRIARTE, JUNTO AOS PROFESSORES E ALUNOS, NA CIDADE DE CAMPOS DE GOYTACAZES, BRASIL ”. Venho por meio desta pedir a permissão para aplicar minha pesquisa na vossa Instituição.

Por ser verdade firmo de próprio punho esta declaração.

Campos, Rio de Janeiro, _____ de junho de 2017.

Assinatura

Apêndice E: Declaração apresentada ao professores da creche para participarem da pesquisa.



UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCION –UAA
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
DOCTORANDA EN CIENCIAS DE LA EDUCACION

DECLARAÇÃO PARA OS PROFESSORES

Eu, _____, DECLARO para os devidos fins que aceito participar da pesquisa “ O IMPACTO DA ECONOMIA ESCOLAR NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES CURRICULARES PROPOSTAS PELO CENTRO EDUCACIONAL CRIARTE, JUNTO AOS PROFESSORES E ALUNOS, NA CIDADE DE CAMPOS DE GOYTACAZES, BRASIL ”. Como ator do processo de pesquisa, servindo de fonte de informação, de acordo com exigências institucionais, para o trabalho de investigação feito pela doutoranda Elza Amaral de Carvalho Cardoso, da Universidade Autônoma de Assunção, no período de 05 a 31 de agosto de 2017.

Por ser verdade firmo de próprio punho esta declaração.

Campos, Rio de Janeiro, _____ de junho de 2017.

Assinatura

Apêndice F: Declaração de participação dos pais dos alunos a pesquisa.



UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCION –UAA
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
DOCTORANDA EN CIENCIAS DE LA EDUCACION

DECLARAÇÃO PARA OS PAIS

Eu, _____ DECLARO para os devidos fins que aceito participar da pesquisa “ O IMPACTO DA ECONOMIA ESCOLAR NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES CURRICULARES PROPOSTAS PELO CENTRO EDUCACIONAL CRIARTE, JUNTO AOS PROFESSORES E ALUNOS, NA CIDADE DE CAMPOS DE GOYTACAZES, BRASIL ”. Como ator do processo de pesquisa, servindo de fonte de informação, de acordo com exigências institucionais, para o trabalho de investigação feito pela doutoranda Elza Amaral de Carvalho Cardoso, da Universidade Autônoma de Assunção, no período de 05 a 31 de agosto de 2017.

Por ser verdade firmo de próprio punho esta declaração.

Campos, Rio de Janeiro, _____ de junho de 2017.

Assinatura

Anexo: Resolução N° 5, de 17 de Dezembro de 2009

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 ^(*)

*Fixa as Diretrizes Curriculares
Nacionais para a Educação Infantil*

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 1º, alínea “c” da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e tendo em vista o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

§ 1º É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

§ 2º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 3º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

§ 4º A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.

^(*) Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18.

Anexo: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica

Síntese elaborada pelo conselheiro Luiz Roberto Alves

Parecer CNE/CEB nº 7/2010 (Relatora: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro)

Resolução CNE/CEB nº 4/2010

“O fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles é dialógica. Aberta, curiosa, indagadora e não apassivada...”¹

(Paulo Freire)

Introdução: referências fundamentais para ligar o trabalho educacional do dia-a-dia à criação de um sistema nacional de educação As Diretrizes, fundamentadas na Constituição Federal, na LDB e demais leis que buscam organizar e qualificar a Educação Básica do país definem-se como um conjunto de As Diretrizes, fundamentadas na Constituição Federal, na LDB e demais leis que buscam organizar e qualificar a Educação Básica do país define-se como um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos capazes de orientar as escolas brasileiras na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas (Resolução CNE/CEB nº 2/98). Portanto, a comunidade escolar é a autora da proposta que visa educar e ensinar os sujeitos do direito à educação entre 0 e 17 anos, assim como os adultos participantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Organizar, articular, desenvolver e avaliar significa a totalidade do trabalho escolar e se aplica à gestão, ao currículo, ao trabalho didático-pedagógico e às medidas que avaliam e indicam aperfeiçoamentos no trabalho escolar como um todo. Ao Estado brasileiro, como se lê desde a Constituição até o recente Plano Nacional de Educação (2014), cabe o papel de garantir o direito à educação de qualidade com participação e controle sociais.

O desafio das Diretrizes é diminuir ou eliminar o distanciamento existente entre as várias propostas pedagógicas e a sala de aula.

Visto que o acesso dos educandos, sua efetiva inclusão como seres integrais, sua permanência e seu êxito como estudante-cidadão dentro da idade própria e com direito às diversas etapas e modalidades revela um conjunto de conquistas sociais, o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), que resume as lutas, necessidades e desejos dos que trabalham em educação, se articula (nos próximos dez anos) a várias ações concomitantes: formação do magistério, valorização dos profissionais da educação, pesquisa e criação da base nacional comum e da parte diversificada do currículo, avaliação contínua, interna e

externa, criação de um sistema nacional de educação plenamente articulado e gerido com competência e ética, ação educacional para a autonomia e a liberdade, vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais.

A educação compõe a cultura da vida. A comunidade escolar cria e dissemina cultura, especialmente suas dimensões de estudo, pesquisa, debate, observação, prática ecológica, leitura, escrita, desenvolvimento de raciocínio, ética e valores sócio-políticos. Por isso, o trabalho escolar é comunitário, cidadão e se amplia no crescimento dos educandos e no desenvolvimento do currículo experimentado nas etapas e modalidades da vida escolar. Por isso, também, a comunidade escolar tem responsabilidade direta na construção, implementação e avaliação do currículo de estudos e experiências de educação e ensino.

Pensar e realizar o currículo: a dimensão comum nacional e a dimensão diversificada local/regional:

Entre os vários conceitos de currículo, as Diretrizes optam pelo de Moreira e Candau (2006) em razão de sua amplitude e sua preocupação com a cultura: “conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais.”

Entende-se, pois, que o currículo não poderia ser imposto, distribuído em apostilas ou simplesmente publicado no Diário Oficial, porque ele se realiza na produção, na circulação e consumo de significados, com vista a criar identidades dos sujeitos que educam e são educados. Ao associarmos a base nacional comum à parte diversificada (que produzem a integração do currículo de uma escola) temos, ao mesmo tempo, a prática das propostas constitucionais, da LDB e demais leis; mas também a prática das escolas que se identificam com o ambiente metropolitano, rural, florestal, ribeirinho, quilombola, indígena, socioeducativo, no espaço das prisões etc. A base nacional comum é orientada pelo Estado brasileiro, por meio do MEC, do Conselho Nacional de Educação e dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação. A dimensão diversificada é construída pelo diálogo entre a escola e seu espaço social, político, ambiental e cultural. Feito isso, temos o currículo de estudos e experiências, sempre avaliado para se enriquecer e se aperfeiçoar. Se alunos, professores, gestores, pais de alunos, funcionários, demais familiares e comunidades não produzem cultura (que se realiza como símbolos, rituais,

valores, ideias, linguagens) de modo igual no país repleto de diferenças, os currículos poderão ter fundamentos semelhantes e apontar para valores já apresentados aqui, mas não podem ser iguais. Caso contrário, não produzem identificações necessárias para a amplitude do trabalho local e regional, a autonomia concreta nas realidades vividas, a ação cidadã encarnada nos lugares da vida, os conhecimentos que criam plataformas metodológicas para ampliações e extensões de territórios de vida para educandos e educadores. Cada comunidade escolar, em suas semelhanças e diferenças, pensa, analisa e projeta o país (ampliando-se para as relações internacionais), a partir de cada aula.

Os lugares da sociedade que tem a ver, e muito, com o desenvolvimento concreto do currículo de estudos e experiências escolares são o campo do trabalho; a vida participativa e os problemas que exigem superação; os lugares de pesquisa das diversas ciências e consequente difusão e apropriação de conhecimentos; a criação e a difusão artístico-estética; a atualidade da memória e da história; as tecnologias informacionais, comunicacionais, sociais, ambientais, de saúde etc; os movimentos sociais e suas relações com as políticas públicas; o cuidado do corpo e suas formas expressivas; o amplo diálogo social, produtor das linguagens da comunicação (p. 24). Tudo o que se chamava “conteúdo” ou “matéria”, hoje pensado como componente curricular, ou componente da ação educacional da escola, dialoga intensamente com todos esses “lugares”, apreende ideias e valores, organiza experiências integradoras, explora fenômenos, penetra curiosamente no interior dos dados para explicá-los, produz comunicação entre os “lugares” ou “áreas” de saber e fazer. Por isso se afirmou que, ao desenvolver um currículo, a escola está criando um projeto de Brasil, com certeza melhor do que o que temos.

Os componentes curriculares, ou de ação educativa, têm nomes, tanto na base nacional comum quanto na dimensão diversificada. Os nomes tendem a ser entendidos como disciplinas: Português, Educação Física, Empreendedorismo Social, Matemática, História Afro-Brasileira e Indígena, Espanhol, Marketing, Artes etc, mas ao contrário de “disciplinar” (como se pensou no passado) esses componentes dialogam com fatos, fenômenos, realidades, histórias, descobertas, criações, pesquisas e constroem conjuntos de estudos adequadamente discriminados, que se realizam no dia-a-dia da escola por meio de projetos, leituras, formas de abordagem, discussões, visitas, diálogos internos e externos, bem como de avaliações integradas que mostram os avanços e as dificuldades. Do mesmo modo, tais componentes, ao dialogarem com a vida e o mundo dos fenômenos e fatos, criam o que se chama interdisciplinaridade, transdisciplinaridade etc. (p. 27-28)

Os conhecimentos em torno dos quais se deram abordagens, diálogos e atitudes variadas reforçam o valor de aprender e induzem ao pensamento autônomo e libertador. Todo esse conjunto pode ser chamado de proposta curricular 2015, 2016, ou matriz curricular 2015 etc, mas o importante é que seja criado e desenvolvido na escola X, a partir de amplo diálogo no sistema escolar local, estadual e mesmo nacional (a escola também cria identidade e identificações pelo conhecimento que tem das demais escolas do sistema).

O ponto de partida para uma adequada integração de componentes sugere pensar que trabalhamos áreas por meio de eixos. Na medida em que temos, na base nacional comum, as áreas de linguagens e códigos expressivos, a dinâmica do corpo, arte e estética, ciências da natureza, ciências das culturas humanas, tecnologias e matemática, um projeto de trabalho cria eixos de conhecimento e ação e, em vez de justapor ou somar fatos, cria hipóteses e problemas de conhecimento, ou eixos. Os estudos, e consequentemente respostas ao que se questionou, são movimentos de eixos no interior das áreas, buscando relações, colaboração, sinergia, fatos, valores, ideias, tipos de abordagem. O que é conhecimento específico das áreas colabora na dinâmica do eixo e os diferentes componentes do currículo – seja a base nacional comum, seja a parte diversificada (que, na prática, é o desdobramento do conhecimento pensado na base nacional comum, de interesse local ou regional) – revelam aos educandos o direito de conhecer e a autonomia de estudar. Currículo escolar não é, pois, um conjunto de conteúdos e sim uma plataforma de direitos ao conhecimento, sua pesquisa, apropriação e expansão.